

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da Casa das Artes de Arcos de Valdevez, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, sob a presidência de Francisco Rodrigues de Araújo, secretariado por Manuel Caldas de Brito (primeiro-secretário) e Elsa Cristiana da Silva Rocha (segunda-secretária). -----

CHAMADA - à chamada, que se efetuou às catorze horas e cinquenta e cinco minutos, por falta de quórum à hora marcada para o início da reunião (catorze horas e trinta minutos), responderam sessenta e nove membros da Assembleia Municipal. -----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS – apresentaram justificações de falta, que foram aceites, Raquel Marisa Cardoso Antunes e Rogério Manuel Barreiros Correia. -----

Não estiveram presentes nesta reunião, nem justificaram a respetiva falta, Arlindo Rodrigues Barbosa e David Manuel Rodrigues Ferreira Gomes. -----

A Câmara Municipal foi representada nesta sessão pelo seu Presidente – João Manuel do Amaral Esteves – tendo também assistido à mesma, na totalidade ou em partes, os/as Vereadores/as João Carlos Braga Simões, Olegário Gomes Gonçalves, Isabel Carvalho Araújo e Emília da Graça Neto Cerdeira. -----

INFORMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA: - o Senhor Presidente da Assembleia informou que Flávia Daniela Oliveira Afonso, Carla Manuela Pereira Machado Lima Fonseca, Alexandra Cristina Rodrigues Esteves e Eduardo Filipe da Costa Esteves Pontes, do Grupo Municipal do PS, e Maria Emília e Sousa Cerqueira, do Grupo Municipal do PSD, solicitaram substituição por ausência temporária inferior a trinta dias, tendo sido convocados para as respetivas substituições nesta sessão Rui Manuel Cerqueira Galvão Rocha, Alda Cecília Pinto Esteves, Alfredo Rodrigues Fernandes, Raquel Marisa Cardoso Antunes e Elisabete Dias de Sousa Amorim. -----

Deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão, declarando-a à disposição de quem pretendesse consultá-la. -----

Tendo-se procedido ao registo magnético da sessão, e verificando-se estar o mesmo em boas condições, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO: - Não houve inscrições para discussão do projeto da ata, vindo o mesmo a ser **aprovado, por unanimidade**. Não participou na votação quem não esteve presente na sessão a que a mesma respeita. -

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram Alexandre Gomes – *Anexo 1*; Jorge Barros (PS) – *Anexos 2 e 3*; Pedro Sousa (PSD) – *Anexo 4*; Dina Sousa (PS) – *Anexo 5*; Fernando Fonseca (CDS) – *Anexos 6 e 7*; Rui Rocha (PS) – *Anexo 8*; Sandra Barreira (CDU) – *Anexo 9*; João Barbosa – *Anexo 10*; Vítor Sousa (PS) – *Anexo 11*; Rui Aguiam – *Anexo 12*; António Maria Sousa – *Anexos 13, 14 e 15*; Presidente da Câmara; Madalena Alves Pereira (PS) e António Faria (CDS). -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento de D. Abílio Rodas de Sousa Ribas**, Bispo Emérito de São Tomé e Príncipe, que nasceu no lugar da Várzea – Soajo (*Anexo 1*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelos Grupos Municipais da CDU, do PS e do CDS, bem como pelo Senhor Rui Aguiam. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de congratulação à equipa feminina conjunta do Sport Clube do Porto Rugby e do Clube de Rugby de Arcos de Valdevez**, pela conquista do título de Campeãs Nacionais de Râguebi Feminino na Divisão de Honra (*Anexo 2*), apresentado pelo Grupo Municipal do PS. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de congratulação à jovem Vitória Guimarães**, pela conquista do título de “Campeã Nacional de Jockeys” no escalão de iniciados, **à treinadora Ivone Araújo**, laureada com o título de “Campeã Nacional de Melhor Treinador de Garranos”, e **à Nature Horse – Turismo Equestre**, que recebeu a distinção de “Melhores Proprietários de Garranos em Portugal” (*Anexo 3*), apresentado pelo Grupo Municipal do PS. -----

- **Aprovada, por unanimidade, recomendação relativa à instalação de estação de telecomunicações em Cabreiro e ao alargamento da rede de fibra ótica à mesma freguesia** (*Anexo 10*), apresentada pelo Presidente da respetiva Junta – Senhor João Carlos Pereira Barbosa. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Cândido Jorge Rodrigues**, professor de educação física e antigo treinador de futebol do Atlético de Valdevez e do CRC Távora (*Anexo 13*), apresentado pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora (Santa Maria e São Vicente) – Senhor António Maria Sousa – e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, do PS e do CDS. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Augusto Pereira de Barros**, antigo diretor desportivo do Atlético de Valdevez (*Anexo 14*), apresentado pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora (Santa Maria e São Vicente) – Senhor António Maria Sousa – e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, do PS e do CDS. -----

- **Aprovado, por maioria com duas abstenções** – António Faria e Rui Aguiam – **voto de louvor ao Senhor Carlos Alberto Torres Rodrigues**, pela sua carreira na música (*Anexo 15*), apresentado pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora (Santa Maria e São Vicente) - Senhor António Maria Sousa. -----

O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada – Rui Aguiam – apresentou posteriormente **declaração de voto** (*Anexo 44*). -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO UM – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO (NOVEMBRO/2024 – FEVEREIRO/2025): - previamente distribuído por escrito, na forma habitual, o Relatório fica arquivado nos documentos que fazem parte desta ata. -----

Intervieram Helena Silva (PSD) – *Anexo 16*; José Pereira (PS) – *Anexo 17*; António Faria (CDS) – *Anexo 18*; Elsa Esteves (PS) – *Anexo 19*; Angélica Leite (PSD) – *Anexo 20*; Alberto Leiras (PSD) – *Anexo 21*; Ana Gave (PS); Elizabeth Fernandes (PSD) – *Anexo 22*; António Maria Sousa; Rui Aguiam e Presidente da Câmara. -----

PONTO DOIS – APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DOS MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA (ARTº 14º - Nº 3 DO REGIMENTO): - o Senhor Presidente da Assembleia referiu que, conforme previsto no Regimento, os Membros da Assembleia que foram eleitos para a representar noutros órgãos devem dar conhecimento das atividades em que participaram nesse âmbito, na primeira sessão de cada ano. -----

Interveio António Faria (CDS), propondo a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos até à apresentação por escrito de documentação que suporte a sua discussão – *Anexo 23* –, tendo o Presidente da Assembleia informado que tal teria de ser objeto de apreciação no âmbito de alteração ao Regimento. -

Informaram sobre as atividades em que participaram, no âmbito das respetivas representações, Vítor Sousa (PS) – *Anexo 24* e Alberto Leiras (PSD) – *Anexo 25*, eleitos para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho; Elizabeth Fernandes (PSD) – representante da Assembleia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – *Anexo 26*; Manuel Brito (PSD), representante da Assembleia na Comissão Municipal de Toponímia; Joaquim Campos, eleito para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; e Alberto Faria, representante da Assembleia na Comissão Consultiva da 2ª Revisão do PDM e dos Presidentes de Juntas de Freguesia – *Anexo 27*. -----

O Grupo Municipal do CDS apresentou posteriormente **declaração de voto** (*Anexo 42*). -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

PONTO TRÊS – PROPOSTAS DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E DA 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2025: - o Senhor Presidente da Câmara referiu que estas propostas, com um valor global de € 207 115,00 (duzentos e sete mil cento e quinze euros), que aqui se dão como integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais, foram elaboradas nos termos da NCP 26 do SNC-AP com o ponto 8.3.1 do POCAL. -----

Intervieram Vítor Sousa (PS) – *Anexo 28* – e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por maioria com nove abstenções** – Alfredo Fernandes, Ana Gave, Alda Esteves, Dina Sousa, Rui Rocha, Jorge Barros, José Pereira, Madalena Alves Pereira e Vítor Sousa – **aprovar a proposta remetida pelo executivo, relativa à "Primeira Alteração Orçamental Modificativa e Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e vinte e cinco"**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Grupo Municipal do PS apresentou posteriormente **declaração de voto** (*Anexo 41*). -----

PONTO QUATRO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO DE DUAS FRAÇÕES AUTÓNOMAS DO EDIFÍCIO DO RESTAURANTE E CINE TEATRO ALAMEDA: - o Senhor Presidente da Câmara deu

conhecimento da comunicação recebida da sociedade Cine Teatro Valdevez, Lda, com a proposta de venda de duas frações autónomas, designadas de "A" e "C", do imóvel sito na Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta vila, conhecido como Restaurante e Cine Teatro Alameda, de que a sociedade é proprietária, pelo preço de 565 000,00 € (quinhentos e sessenta e cinco mil euros), a pagar em três prestações, sem acréscimo de juros, pelo que solicitava à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais, com a seguinte repartição, por anos económicos: -----

- 190 000,00 € (cento e noventa mil euros), no ato da assinatura da escritura de compra e venda, a realizar no mês de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco); -----

- 190 000,00 € (cento e noventa mil euros), no prazo de um ano após a data da escritura de compra e venda; -----

- 185 000,00 € (cento e oitenta e cinco mil euros), no prazo de dois anos a contar da data da escritura. -----

Intervieram Madalena Alves Pereira (PS), Presidente da Câmara e António Lima (PSD) – *Anexo 29.* -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade,** e em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, nas suas atuais redações, **conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais proposta pela Câmara Municipal, no âmbito do procedimento de aquisição de duas frações autónomas do edifício dos Restaurante e Cine Teatro Alameda.** -----

PONTO CINCO – PROTOCOLOS DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DE ABOIM DAS CHOÇAS, AGUIÃ, ÁZERE, CABANA MAIOR, CABREIRO, CENDUFE, COUTO, GAVIEIRA, GONDORIZ, JOLDA (S. PAIO), MIRANDA, MONTE REDONDO, OLIVEIRA, PAÇÔ, PADROSO, PROZELO, RIO DE MOINHOS, RIO FRIO, SABADIM, SISTELO, SOAJÓ E VALE, E UNIÕES DE FREGUESIAS DE ÁLVORA E LOUREDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ (S. PAIO) E GIELA, DE ARCOS DE VALDEVEZ (SALVADOR), VILA FONCHE E PARADA, DE EIRAS E MEI, DE GRADE E CARRALCOVA, DE GUILHADESES E SANTAR, DE PADREIRO (SALVADOR E SANTA CRISTINA), DE PORTELA E EXTREMO, DE SÃO JORGE E ERMELO, DE SOUTO E TABAÇÔ, DE TÁVORA (SANTA MARIA E S. VICENTE) E DE VILELA, S. COSME E S. DAMIÃO E SÁ: - o Senhor Presidente da

Câmara referiu que, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, se propunha a aprovação dos protocolos de apoio financeiro, a celebrar com as freguesias e uniões de freguesias abaixo indicadas, para apoio no valor de trinta e sete mil duzentos e setenta e um euros às obras e/ou fornecimentos indicados, acrescido do financiamento para os trabalhos de limpeza e conservação dos caminhos vicinais: -----

- **Aboim das Choças – € 42 303,00** (quarenta e dois mil trezentos e três euros) – alargamento da Rua do Fijó e intervenção no Eco Parque – Costa do Monte, com orçamento de € 45 257,98 (quarenta e cinco mil duzentos e cinquenta e sete euros e noventa e oito centimos), mais IVA; -----

- **Aguiã – € 49 875,84** (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro centimos) – beneficiação da Estrada do Loureiro / Estrada da Quintinha, e dos caminhos do Mondão, de Ribes, dos Marcos e do Corgo, cujo valor total orçamentado é de € 50 500,00 (cinquenta mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Ázere – € 42 243,00** (quarenta e dois mil duzentos e quarenta e três euros) – pavimentação do Caminho da Chousa, alargamento e pavimentação do caminho de ligação a Gontariz, pavimentação do Caminho do Outeiro e construção de valetas, aquedutos e caixas de escoamento no Caminho de Nunide, com um custo total de € 77 500,00 (setenta e sete mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Cabana Maior – € 45 961,00** (quarenta e cinco mil novecentos e sessenta e um euros) – beneficiação dos caminhos de Tomadas - Igreja, dos Pinheiros - Igreja, do Bonequinho - Portela, do Meio - Boímo, da Calçada - Bouças Donas e de Bostelinhos, cujo valor total orçamentado é de € 58 000,00 (cinquenta e oito mil euros), mais IVA; -----

- **Cabreiro – € 48 086,19** (quarenta e oito mil e oitenta e seis euros e dezanove centimos) – alargamento e pavimentação do Caminho do Parral, com orçamento de € 75 000,00 (setenta e cinco mil euros), mais IVA; -----

- **Cendufe – € 44 334,00** (quarenta e quatro mil trezentos e trinta e quatro euros) – alargamento e pavimentação do Caminho da Batoca, com ligação à Rua dos Patriarcas e à Rua de Vila Boa, pavimentação do Caminho do Monte da Costa, com acesso ao Caminho das Andorinhas, e alargamento e pavimentação da Rua da Escola, com ligação ao Caminho do Castro e ao Caminho das Andorinhas, cujo orçamento ascende a € 45 000,00 (quarenta e cinco mil euros), mais IVA; -----

- **Couto – € 51 355,00** (cinquenta e um mil trezentos e cinquenta e cinco euros) – requalificação do Caminho de Pinheiro de Cima, no lugar de Pinheiro, com orçamento de € 90 000,00 (noventa mil euros), mais IVA; -----

- **Gavieira – € 59 789,00** (cinquenta e nove mil setecentos e oitenta e nove euros) – alargamento e pavimentação dos caminhos da Quelha – Igreja e da Capela da Tapada Grande – Peneda; alargamento dos caminhos do Porto Serrão e de Além do Porto – Beleiral; pavimentação dos caminhos do Coto – Rouças, da Trincada – Peneda, da Capela – Bouça dos Homens e do Tujal - Tibo, cujo orçamento ascende a € 80 000,00 (oitenta mil euros), mais IVA, acrescendo a verba de € 13 854,00 (treze mil oitocentos e cinquenta e quatro euros) destinada ao transporte de contentores em locais de difícil acesso; -

- **Gondoriz – € 63 146,00** (sessenta e três mil cento e quarenta e seis euros) – retificação e pavimentação da Rua da Boia - Boia e da Travessa Chão do Sapateiro – Selim, e alargamento e pavimentação da Rua do Goncieiro – Vilar de Mouro, cujo valor de adjudicação ascende a € 66 560,50 (sessenta e seis mil quinhentos e sessenta euros e cinquenta cêntimos), mais IVA; -----

- **Jolda (São Paio) – € 45 486,00** (quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e seis euros) – construção de Parque Infantil, repavimentação das ruas do Barreiro e do Cruzeiro, desde o Largo das Barreiras ao Largo de Algarvia e até à EN 202, e construção de muros de suporte e beneficiação de caminhos vicinais, com orçamento de € 75 000,00 (setenta e cinco mil euros), mais IVA; -----

- **Miranda – € 51 131,00** (cinquenta e um mil cento e trinta e um euros) – ampliação e requalificação do Cemitério Paroquial, alargamento e pavimentação dos caminhos do Tintureiro e da Pontinha, beneficiação dos caminhos de acesso à habitação da D. Marta (Alto de Almoinha), de acesso a habitação (Martemido) e do Largo do Mosteiro, conservação e reparação de vários caminhos da freguesia e criação de Parque Infantil e de Lazer, obras orçadas em € 97 000,00 (noventa e sete mil euros), mais IVA; -----

- **Monte Redondo – € 45 497,00** (quarenta e cinco mil quatrocentos e noventa e sete euros) – renovação do telhado da Sede da Junta de Freguesia e finalização do seu arranjo exterior, com orçamento de € 45 370,00 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta euros), mais IVA; -----

- **Oliveira – € 43 936,00** (quarenta e três mil novecentos e trinta e seis euros) – alargamento, beneficiação e construção de muro no Caminho da Veiga, construção de rampa de acesso para pessoas com dificuldades de mobilidade, pavimentação de caminho junto à igreja, obras de melhoramento no cemitério e projeto do hostel, com um custo total de € 86 796,00 (oitenta e seis mil setecentos e noventa e seis euros), mais IVA; -----

- **Paçô – € 51 311,48** (cinquenta e um mil trezentos e onze euros e quarenta e oito cêntimos) – recuperação urbanística do Largo dos Carvalhos e da Fonte da Aldeia, orientação das águas pluviais e construção de muro na Rua do Souto e manutenção dos caminhos vicinais, com orçamento de € 54 563,47 (cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos), mais IVA; -----

- **Padroso – € 45 033,00** (quarenta e cinco mil e trinta e três euros) – execução de muros de suporte no Caminho da Cruz – Paredes, na Travessa das Costeiras – Sins e nos caminhos da Barranheira e de Covela – Covela e arranjos no Largo da Igreja – Quintães, obras orçadas em € 40 861,00 (quarenta mil oitocentos e sessenta e um euros), mais IVA; -----

- **Prozelo – € 51 766,76** (cinquenta e um mil setecentos e sessenta e seis euros e setenta e seis cêntimos) – alargamento do Caminho da Espadeira – 1ª fase e construção de Parque Infantil, com orçamento de € 55 000,00 (cinquenta e cinco mil euros), mais IVA; -----

- **Rio de Moinhos – € 46 025,00** (quarenta e seis mil e vinte e cinco euros) – beneficiação e pavimentação dos caminhos da Bouça, da Cova da Meia e dos Gondelhos, cujo custo ascende a € 50 859,00 (cinquenta mil oitocentos e cinquenta e nove euros), mais IVA; -----

- **Rio Frio – € 55 679,00** (cinquenta e cinco mil seiscentos e setenta e nove euros) – melhoramento do caminho da EN 303 até ao viveiro e Miradouro de Vila Franca, obras orçadas em € 52 702,00 (cinquenta e dois mil setecentos e dois euros), mais IVA; -----

- **Sabadim – € 49 336,00** (quarenta e nove mil trezentos e trinta e seis euros) – beneficiação do Caminho de Cegueira, arranjo do muro da Rua da Senhora da Luz e pintura da Sede da Junta e lavagem do telhado, com orçamento de € 45 583,50 (quarenta e cinco mil quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos), mais IVA; -----

- **Sistelo – € 47 259,74** (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos) – pavimentação do Caminho Central da Quebrada, beneficiação do exterior e caixilharias da Sede da Junta de Freguesia, cujo custo ascende a € 43 970,71 (quarenta e três mil novecentos e setenta euros e setenta e um cêntimos), mais IVA; -----

- **Soajo – € 75 838,00** (setenta e cinco mil oitocentos e trinta e oito euros) – aquisição de terreno para construção de parque de estacionamento; reparação do telhado da Sede da Junta de Freguesia e reabilitação do Miradouro dos Cruzeiros e do 'triângulo do Mezio' – EN 202, com o valor total de € 40 000,00 (quarenta mil euros), mais IVA, acrescendo a verba de € 8 084,00 (oito mil e oitenta e quatro euros) destinada ao transporte de contentores em locais de difícil acesso; -----

- **Vale – € 50 278,00** (cinquenta mil duzentos e setenta e oito euros) – Caminho de Carvalhedeo com ligação a Parada e Caminho de Fundão, obras orçadas em € 90 675,06 (noventa mil seiscentos e setenta e cinco euros e seis cêntimos), mais IVA; -----

- **Álvora e Loureda – € 49 507,00** (quarenta e nove mil quinhentos e sete euros) – pavimentação do Recanto da Chã e do Curro (Laranjeira), cujo orçamento ascende a € 49 752,00 (quarenta e nove mil setecentos e cinquenta e dois euros), mais IVA; -----

- **Arcos de Valdevez (São Paio) e Guela – € 48 551,00** (quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e um euros) – alargamento de curva no Caminho de Águas Arão e beneficiação do Largo da Cabine e de diversos caminhos vicinais, com orçamento de € 43 100,00 (quarenta e três mil e cem euros), mais IVA; -----

- **Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada – € 62 040,47** (sessenta e dois mil e quarenta euros e quarenta e sete cêntimos) – gestão informática e inserção de dados dos cemitérios de Vila Fonche e Parada, manutenção e reparação de pavimentação e obras em diversas artérias e locais da freguesia, pavimentação do Recanto entre Vinhas e do recanto das Pombeiras – Parada, alargamento e pavimentação do Recanto da Tomada – Vila Fonche, cujo orçamento ascende a € 53 975,00 (cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco euros), mais IVA; -----

- **Eiras e Mei – € 49 178,00** (quarenta e nove mil cento e setenta e oito euros) – recuperação e restauro de património, fontanários e tanques, colocação de placas de toponímia, alargamento do Cemitério Paroquial de Eiras (3ª fase) e elaboração e promoção de trilhos, com orçamento de € 70 505,98 (setenta mil quinhentos e cinco euros e noventa e oito cêntimos), mais IVA, acrescendo a verba de € 2 322,00 (dois mil trezentos e vinte e dois euros) destinada ao transporte de contentores em locais de difícil acesso; -----

- **Grade e Carralcova – € 51 656,00** (cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta e seis euros) – construção de rampa de acesso ao edifício da extensão da Junta de Freguesia de Carralcova, pavimentação do passeio exterior ao Cemitério de Carralcova e construção de rampa de acesso à estrada, repavimentação do Caminho do Casal – Grade e criação de zona de lazer / urbanização do espaço público no lugar de Igreja – Grade, cujo custo total ascende a € 64 511,00 (sessenta e quatro mil quinhentos e onze euros), mais IVA; -----

- **Guilhadeses e Santar – € 53 030,43** (cinquenta e três mil e trinta euros e quarenta e três cêntimos) – ampliação do Cemitério de Santar – 1ª fase, orçada em € 55 000,00 (cinquenta e cinco mil euros), mais IVA; -----

- **Padreiro (Salvador e Santa Cristina) – € 48 383,00** (quarenta e oito mil trezentos e oitenta e três euros) – repavimentação do Recanto do Pôlo e das ruas de Santiago, do Alto do Novo e da Escola e muro de suporte, pavimentação da Quelha da Ribeira do Rio e dos recantos do Alvar e do Outeiro e muros, cujo custo total ascende a € 69 450,00 (sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta euros), mais IVA; -----

- **Portela e Extremo – € 46 470,00** (quarenta e seis mil quatrocentos e setenta euros) – alargamento e pavimentação de caminho na Coutada de Cima – Extremo, alargamento e beneficiação do Cemitério da Portela, construção de muros e beneficiação de caminhos vicinais, com orçamento de € 48 500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **S. Jorge e Ermelo – € 62 187,55** (sessenta e dois mil cento e oitenta e sete euros e cinquenta e

cinco cêntimos) – melhoria em vários caminhos vicinais nos lugares de Igreja/Ermelo, Vilar, Boucinha, Gração e Senra, melhoria das acessibilidades e manutenção dos vários cemitérios da União de Freguesias, obras orçadas em € 58 500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Souto e Tabaçô – € 50 488,00** (cinquenta mil quatrocentos e oitenta e oito euros) – pavimentação dos caminhos da Fonte do Lobo, da Aveleira, da Feteira, do Covelo, da Capela e de Linhares, em Souto, e dos caminhos da Tapada, da Sertã, e do Mato, em Tabaçô, cujo custo total ascende a € 114 786,75 (cento e catorze mil setecentos e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), mais IVA; -----

- **Távora (Santa Maria e São Vicente) – € 54 915,68** (cinquenta e quatro mil novecentos e quinze euros e sessenta e oito cêntimos) – alargamento do Caminho do Linheirinho, em Távora (S. Vicente) – 1ª fase, com orçamento de € 85 000,00 (oitenta e cinco mil euros), mais IVA; -----

- **Vilela, S. Cosme e S. Damião e Sá – € 52 094,00** (cinquenta e dois mil e noventa e quatro euros) – beneficiação dos caminhos do Vale, da Nogueira (1ª fase) e do Gogido (2ª fase), e requalificação do Cemitério de São Cosme e São Damião, cujo custo total ascende a € 57 416,24 (cinquenta e sete mil quatrocentos e dezasseis euros e vinte e quatro cêntimos), mais IVA. -----

Intervieram Jorge Barros (PS) – *Anexo 30*, Alberto Faria – *Anexo 31*, António Maria Sousa e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade**, e em conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar os protocolos de apoio financeiro a celebrar com as freguesias de Aboim das Choças, Aguiã, Ázere, Cabana Maior, Cabreiro, Cendufe, Couto, Gavieira, Gondoriz, Jolda (São Paio), Miranda, Monte Redondo, Oliveira, Paçô, Padroso, Prozelo, Rio de Moinhos, Rio Frio, Sabadim, Sistelo, Soajo e Vale, e com as uniões de freguesias de Álvora e Loureda, de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela, de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, de Eiras e Mei, de Grade e Carralcova, de Guilhadeses e Santar, de Padreiro (Salvador e Santa Cristina), de Portela e Extremo, de São Jorge e Ermelo, de Souto e Tabaçô, de Távora (Santa Maria e São Vicente) e de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá.** -----

O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada – Rui Aguiam – apresentou posteriormente **declaração de voto** (*Anexo 45*). -----

PONTO SEIS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE SOAJO RELATIVO A SAPADORES FLORESTAIS 2025: - o Senhor Presidente da Câmara informou que o presente protocolo permitiria à Junta de Freguesia de Soajo assegurar o funcionamento de uma Equipa de Sapadores Florestais no ano de dois mil e vinte e cinco, tendo como principal objetivo a prevenção de incêndios florestais, através da realização de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente a criação de faixas de gestão de combustíveis, ações de fogo controlado e vigilância das áreas rurais, assim como ações de primeira intervenção, apoio ao combate e subseqüentes operações de rescaldo e vigilância pós-incêndio. Acrescentou que o valor de 45 000,00 € (quarenta e cinco mil euros) era idêntico ao dos restantes protocolos de sapadores florestais para este ano. -----

Intervieram Fernando Fonseca (CDS) – *Anexo 32*, Vítor Sousa (PS) – *Anexo 33* – e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade**, e em conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar o protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de Soajo, relativo à equipa de sapadores florestais para vigorar no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no valor de € 45 000,00 (quarenta e cinco mil euros)**, tendo sido rejeitada, por maioria com três votos a favor – António Faria, Fernando Fonseca e António Maria Sousa –, a proposta de alteração ao mesmo apresentada pelo Grupo Municipal do CDS – exclusão da Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Soajo e apresentação do mapa dos caminhos a intervir (Anexo 32). -----

O Grupo Municipal do CDS apresentou posteriormente **declaração de voto** (*Anexo 43*). -----

PONTO SETE – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ: - o Senhor Presidente da Câmara referiu que esta proposta de regulamento, que aqui se dá como integralmente transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada na pasta de documentos que fazem parte desta ata, define as regras a que obedece a prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos no Município de Arcos de Valdevez e foi objeto de consulta pública, não tendo sido apresentados quaisquer contributos. Disse

também que foi revista e alterada em conformidade com o parecer emitido pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Saneamento, tendo sido acauteladas todas as recomendações desta entidade, à exceção do artigo referente ao acesso aos tarifários sociais. Esclareceu que a ERSAR recomendou a atribuição automática do tarifário social, mas manteve-se o acesso ao tarifário social igual ao aplicável aos serviços de água e saneamento, em que, para obtenção de apoio social, os utilizadores devem instruir pedido junto do Município de Arcos de Valdevez, por se considerar ser este o procedimento com maior facilidade de aplicação e que possibilitará também a abrangência de um maior leque de eventuais beneficiários. -----

Intervieram Elsa Esteves (PS) – Anexo 34 – e Presidente da Câmara. -----

- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de “Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana do Município de Arcos de Valdevez”, em conformidade com o previsto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

PONTO OITO – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL E MERCADO DE PRODUTORES LOCAIS DE ARCOS DE VALDEVEZ: - o Senhor Presidente da Câmara referiu que esta proposta de regulamento que, para todos os efeitos legais, aqui se dá como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta de documentos que fazem parte desta ata, foi objeto de consulta pública, tendo sido registada uma sugestão de aperfeiçoamento do texto, que foi considerada e não altera o seu sentido e conteúdo. Mais referiu que esta regulamentação visa disciplinar as normas relativas à organização, funcionamento, limpeza e segurança interior do Mercado Municipal.-----

Intervieram Ana Gave (PS) – Anexo 35 – e Presidente da Câmara. -----

- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de “Regulamento do Mercado Municipal e Mercado Local de Produtores de Arcos de Valdevez”, em conformidade com o previsto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

PONTO NOVE – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ: - o Senhor Presidente da Câmara informou que este regulamento, que aqui se dá como integralmente transcrito para todos os efeitos legais e fica arquivado na pasta de documentos que fazem parte desta ata, define um conjunto de direitos e benefícios inerentes ao exercício de voluntariado nos Corpos de Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez. Acrescentou que este projeto foi sujeito a consulta pública, de onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro a vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e cinco, tendo sido registada uma sugestão de aperfeiçoamento do texto, que foi considerada e não altera o seu sentido e conteúdo. -----

Intervieram Madalena Alves Pereira (PS), Fernando Fonseca (CDS), Presidente da Câmara e Angélica Ferreira (PSD) – Anexo 36.-----

- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de “Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez”, em conformidade com o previsto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do nº 2 do artigo 16º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, nas suas atuais redações. -----

PONTO DEZ – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL: - o Senhor Presidente da Assembleia informou que, em conformidade com a alínea e) do nº 2 do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, a Assembleia Municipal deve eleger um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, para o que solicitou a apresentação de candidaturas. -----

Intervieram Dina Mara (PS) – Anexo 37 – e Sérgio Rodrigues. -----

Foram apresentadas duas listas designadas por: -----

Lista A – Andreia Caldas Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Frio) e Pedro Francisco de Amorim Alves (Presidente da Junta de Freguesia de Jolda (S. Paio)). -----

Lista B – Sérgio Paulo Dias Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Sistelo) e Horácio da Costa Cerqueira (Presidente da Junta da União de Freguesias de S. Jorge e Ermelo). -----

Concluída a votação por escrutínio secreto, verificou-se que a **Lista A obteve três votos** e a **Lista B recebeu vinte e cinco votos**, contando-se também três votos brancos. -----

- Foram eleitos os senhores Sérgio Paulo Dias Rodrigues (efetivo) e Horácio da Costa Cerqueira (suplente) para representar os autarcas de freguesia no Conselho Cinegético Municipal. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - o Senhor Presidente da Assembleia leu a minuta da ata desta sessão, colocando-a à apreciação do Plenário. Não havendo inscrições para a sua discussão, passou-se de imediato à votação, vindo o documento a ser **aprovado por unanimidade**, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Liliana Fernandes – solicitou a reposição do Parque Infantil da Quinta do Souto, em Paçô, e a revisão do horário de funcionamento da iluminação pública – *Anexo 39*. -----

João Silva – alertou para a falta de iluminação da Ponte Centenária, o escoamento de água na Av. António Caldas, as obras das escadas da Ínsua e a falta de policiamento. -----

Duarte Barros – expressou o seu regozijo pela concretização próxima do Núcleo dos Combatentes e pela atribuição do nome de Salgueiro Maia a uma artéria da Vila. -----

Sandrina Parga – manifestou o seu sentimento de profunda tristeza perante a implementação do projeto da “Rede de muito alta tensão dupla Ponte de Lima – Fonte Fria, Troço Português, a 400 KV” - *Anexo 40*. -----

Presidente da Câmara – esclareceu que o Parque Infantil da Quinta do Souto foi removido por não oferecer condições de segurança mas iria ser reposto, que verificaria as questões da iluminação pública, que o acesso à Ínsua será melhorado no âmbito das obras do Campo do Trasladário, que o Município tem solicitado o reforço do policiamento de proximidade, que apoia a criação do Núcleo dos Combatentes de Arcos de Valdevez e que a Câmara e a Assembleia sempre manifestaram a sua discordância relativamente à linha de muito alta tensão, estando em curso uma batalha judicial travada pelo conjunto dos cinco municípios – Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Monção e Melgaço. -----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes e, quando eram vinte e uma horas, encerrou os trabalhos desta sessão, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, há-de ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Isabel Gonçalves, que a lavrei. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXOS

1 a 45

28/02/2025

A1

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**



VOTO DE PESAR

D. Abílio Ribas, Bispo Emérito de São Tomé e Príncipe

Faleceu no passado dia 2 de fevereiro D. Abílio Rodas de Sousa Ribas, Bispo Emérito de São Tomé e Príncipe, nascido no lugar da Várzea, Soajo, a 2 de fevereiro de 1931, com 94 anos.

D. Abílio Rodas de Sousa Ribas esteve mais de meio século ao serviço do Evangelho em África, tendo-se evidenciado como Missionário da Congregação do Espírito Santo em Angola, onde assumiu as mais diversas responsabilidades, nomeadamente a de superior de missões, pároco, professor, reitor, entre muitas outras.

A dedicação e grandeza de espírito de D. Abílio Rodas de Sousa Ribas, certamente ficará na memória de todos aqueles que tiveram o privilégio de o conhecer.

Face ao exposto, o Grupo Municipal do PSD expressa publicamente o seu prestimoso contributo na vida das comunidades que tiveram o privilégio de com ele conviver, quer pela sua postura e conduta ao longo da vida, quer como cidadão e profissional exemplar.

Pelo seu percurso e exemplo de vida propomos que esta Assembleia Municipal aprove um “Voto de Pesar” pelo seu falecimento, guardando um minuto de silêncio em sua memória e manifestando à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto”.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025



notório

A2

Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Voto de Congratulação CRAV Feminino

O Grupo do Partido Socialista, manifesta o seu mais profundo reconhecimento e congratulação à equipa feminina conjunta do Sport Clube do Porto Rugby e do Clube de Rugby de Arcos de Valdevez (CRAV) pela conquista do título de Campeãs Nacionais de Râguebi Feminino na Divisão de Honra.

No dia 1 de fevereiro de 2025, no Estádio do Jamor, esta equipa demonstrou uma notável união, espírito de sacrifício e determinação ao vencer o Benfica por 26-14, alcançando o primeiro título nacional feminino para ambos os clubes. Este feito histórico não só enaltece o talento e a resiliência das atletas, como também reforça a importância do râguebi feminino em Portugal e a crescente afirmação do desporto feminino no nosso país. *concelho* *Avv*

A parceria entre o Sport Clube do Porto Rugby e o CRAV, iniciada há dois anos, revelou-se um verdadeiro exemplo de inovação e cooperação, permitindo ultrapassar desafios e criando condições para que as jogadoras pudessem competir ao mais alto nível. Através desta conquista, fica demonstrado que o investimento no desporto feminino é fundamental para o seu crescimento e sucesso, devendo ser continuamente apoiado e incentivado.

O Grupo do Partido Socialista enaltece o esforço, dedicação e espírito de equipa de todas as jogadoras, equipa técnica e dirigentes que tornaram possível este feito memorável. Esta vitória não é apenas um marco para o râguebi nacional, mas também um símbolo da capacidade e ambição do desporto feminino em Portugal, inspirando futuras gerações de atletas.

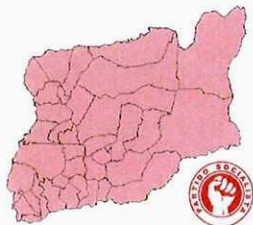
Assim, pedimos que a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez aprove este Voto de Congratulação, reconhecendo o contributo destas campeãs para a valorização do desporto feminino e para a projeção do nome do nosso concelho no panorama desportivo nacional.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

Jamora





Voto nº 2

Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Voto de Congratulação - Vitória Guimarães

O Grupo do Partido Socialista, expressa o seu mais profundo reconhecimento e apreço à jovem Vitória Guimarães pela conquista do título de Campeã Nacional de Jockeys, no escalão de iniciados. Com apenas 14 anos, Vitória demonstrou extraordinária dedicação, talento e espírito desportivo, tornando-se um exemplo para os jovens do nosso concelho e para o panorama equestre nacional.

Destacamos, igualmente, o feito notável do cavalo que acompanhou esta brilhante vitória, distinguido como “Melhor Cavalo Garrano de Portugal”, enaltecendo não só o valor da atleta, mas também a importância da preservação e valorização da raça Garrana, património cultural e genético do nosso país.

Este voto de louvor estende-se ainda à treinadora Ivone Araújo, laureada com o título de Campeã Nacional de Melhor Treinador de Garranos, reconhecendo o seu mérito e dedicação à formação de jovens cavaleiros e à promoção da excelência no desporto equestre.

O Grupo do Partido Socialista congratula também a empresa Nature Horse – Turismo Equestre, que, fruto de um trabalho árduo e apaixonado, recebeu a distinção de “Melhores Proprietários de Garranos em Portugal”. Este reconhecimento sublinha o compromisso desta instituição na formação de novos talentos e na preservação da raça Garrana, contribuindo para o desenvolvimento do setor equestre no nosso concelho e no país.

Pela determinação, empenho e pelos resultados de excelência alcançados, propomos à Assembleia Municipal aprovar este Voto de congratulação e manifestar publicamente o seu orgulho e reconhecimento a todos os distinguidos, incentivando-os a continuar a sua caminhada de sucesso e valorização do desporto equestre nacional.

Que deste voto se dê conhecimento aos homenageados e às entidades competentes, como justo reconhecimento pelo seu contributo e mérito desportivo.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

Barros



**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
MOVIMENTO ASSOCIATIVO**



O Grupo Municipal do PSD vem, pelo presente, congratular a dedicação do Movimento Associativo Concelhio bem como o da Diáspora, em prol do desenvolvimento e dinamismo social, cultural e desportivo de Arcos de Valdevez.

Na modalidade de Rugby saudamos a equipa conjunta do CRAV/Sport CP que se sagrou campeã nacional de râguebi feminino, da Divisão de Honra. Felicitamos também a arcuense Maria Morant pelo troféu "O Minhoto" atleta de rugby que iniciou o seu percurso no CRAV. Congratulamos as duas arcuenses Jéssica Barros e Inês Sousa, jogadoras do CRAV que também integraram a lista de finalistas.

Saudamos José Carlos Caçador Marinho, actual presidente da Associação de Pesca Desportiva do Vez e vice-presidente da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva pela nomeação na categoria de Dirigente.

Na modalidade atletismo ressalvamos a atleta Celina Peneda da Academia Desportiva de Arcos de Valdevez, pela conquista da medalha de bronze no Campeonato Nacional de Provas Combinadas. Uma referência à Academia Desportiva de Arcos de Valdevez que se sagrou vencedora no Triatlo Técnico Jovem Coletivo de 2025.

Felicitamos a equipa JR4x4, de Arcos de Valdevez, constituída por Hugo Rodrigues (piloto) e Fernando Pereira (copiloto), que se sagrou campeã nacional na Classe Extreme do Campeonato Portugal Trial 4x4.

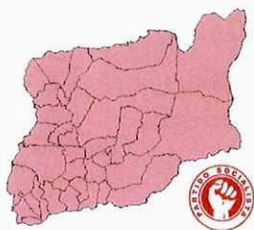
Damos os parabéns a Associação Recreativa e Cultural de Aguiã (ARCA) pelo seu 27.º aniversário e felicitamos o Grupo de Teatro GTV pela estreia da sua nova peça "A Casa das Migalhas".

Referenciamos, também, a Banda da Sociedade Musical de Arcos de Valdevez, que nos brindou com mais um excelente concerto de Ano Novo. Uma saudação aos 40 participantes, entre instituições, associações e escolas do concelho pelo excelente trabalho e criatividade demonstrado, na exposição de Árvores de Natal integrada na programação da Magia do Natal. Ao nível das associações da Diáspora, felicitamos a Associação Classicoarcos de Bordéus que festejou o 12.º aniversário com a realização da Feira Artesanal e Gastronómica.

Na modalidade de Karaté uma especial referência a Michel da Costa, nascido em Paradela (Soajo), que foi eleito representante dos treinadores da Federação Francesa de Karaté em disciplinas associadas, para a preparação Olímpica 2024/2028.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

B. B. [assinatura]



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

PAOD – Fins de semana gastronómicos

Trazemos a debate um tema que tem sido impulsionador da economia local e da dinamização do nosso património gastronómico: os Fins de Semana Gastronómicos.

Esta iniciativa tem vindo a demonstrar um impacto positivo, quer na captação de visitantes para o nosso território, quer no apoio ao setor da restauração e na valorização dos produtos regionais. No entanto, para que esta medida continue a gerar frutos e possa crescer de forma sustentável, é necessário um planeamento mais rigoroso e estruturado.

Em primeiro lugar, a previsibilidade e a organização são fundamentais para que os restaurantes participantes possam melhor gerir as suas encomendas, stocks e a logística envolvida. Um planeamento antecipado e coordenado permitirá que os estabelecimentos garantam a qualidade do serviço e evitem desperdícios ou insuficiências no abastecimento.

Em segundo lugar, é crucial que esta iniciativa se afirme como um evento de tradição e identidade local. Para tal, deve ser desenvolvido um plano de promoção a longo prazo que envolva, não apenas os restaurantes, mas também os produtores locais, artesãos, agentes culturais e turísticos. A criação de uma marca forte e reconhecível para os Fins de Semana Gastronómicos poderá aumentar a sua atratividade e reforçar o sentimento de pertença da comunidade.

Neste sentido, propomos:

1. **Um plano anual** com datas definidas atempadamente, permitindo aos restaurantes e fornecedores uma melhor preparação.
2. **A criação de uma plataforma digital** que centralize informações sobre os eventos, menus, restaurantes aderentes e feedback dos participantes.
3. **Maior envolvimento da comunidade** através de atividades paralelas como showcookings, palestras sobre gastronomia local, concursos e parcerias com escolas de hotelaria.
4. **Uma estratégia de comunicação mais robusta**, aproveitando redes sociais, influenciadores locais e parcerias com meios de comunicação para expandir o alcance do evento.

Os Fins de Semana Gastronómicos são uma excelente oportunidade para consolidar a nossa identidade cultural e impulsionar a economia local. Contudo, para que possam atingir o seu verdadeiro potencial, é essencial que tenham um plano estruturado e sustentável.





O Conselho Municipal do Turismo, onde tem assento representantes dos stakeholders do setor tem que ser chamado não para validar uma agenda já previamente estabelecida, mas sim participar ativamente na elaboração e preparação da mesma, de forma a que esta agenda não se transforme numa imposição ao setor, mas se crie o sentimento de pertença – é a nossa agenda – são os nossos fins de semana gastronómicos. Sentimento de pertença e de orgulho no que estamos a fazer é meio caminho andado para o sucesso da iniciativa.

Acreditamos que, com um esforço conjunto, podemos transformar esta iniciativa num cartão de visita do nosso território e num motor de desenvolvimento local.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

Dina Taka Lixa de Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DE 28 fevereiro de 2025



PAOD

Sr. Presidente da Mesa,

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

Como é do conhecimento de todos, no concelho tem havido diversas obras de beneficiação de pavimentos, melhorias que saudamos, mas que considerámos serem um ato de gestão ordinário, tal como a recolha de detritos ou a manutenção de jardins entre outros.

As recentes cheias do Vez, causaram inúmeros prejuízos, Desde vias de comunicação rodoviária até à rede pedonal muitos foram os locais afetados.

Não coloco em causa o esforço do município em repor a situação vigente, mas há obras definitivas e obras de remendo, que temo, se tornem definitivas.

Sou como milhares de pessoas utente da estrada municipal, marginal ao Rio Vez que se inicia na freguesia de Sabadim no lugar da Aspra e serve além de Sabadim, as freguesias de Aboim, Álvora, Loureda e Portela, além de dar acesso à estrada 202 que de Arcos de Valdevez vai até Monção.

Em Arcos de Valdevez e mesmo na nova variante, a indicação referente a Sistelo indica-nos o Caminho por Sabadim. Foram centenas de visitantes que se deslocavam para Sistelo de depararam com a estrada cortada ao transito, sem qualquer indicação de caminho alternativo.

Nós e alguns de nós conhecemos a alternativa e assim quando a direção era para sul serpenteávamos por caminhos estreitos e não vocacionados para o aumento de tráfego daí resultante. Quando o sentido era sul/norte atravessávamos o Vez no pontilhão de São Cosme, que tem um buraco considerável na junção do tabuleiro existente à estrada municipal que arrepiava os mais cuidadosos levando-o a utilizar a ponte do Couto, com acessos não compatíveis para o verificado aumento de tráfego.

Além da falta de indicações alternativas com prejuízos para a economia sistelense, coisa grave mas não inultrapassável, o pior foi o tempo que demorou a resolver uma simples situação de desvio de águas. Com as máquinas hoje existentes em dois dias resolvia-se o assunto, que ainda tem o piso intervencionado em saibro, com os respetivos buracos a tornarem-se crateras maiores que as provocadas pelo excesso de água.

Temos visto publicados avisos informativos e de impedimentos permanentes ou temporário de várias vias de comunicação, com a publicação das alternativas existentes. Neste caso o GPS poderia ajudar, mas nem todos tem GPS e esses foram os principais prejudicados. Não é admissível a demora na reabertura da via.

Resta saber se os presidentes de junta das freguesias interessadas na reposição urgente da via, fizeram chegar à Câmara a sua preocupação pelo ocorrido e também pela demora na reposição da via.

Arcos de Valdevez, 28 fevereiro de 2025

O Grupo Municipal do CDS/PP





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DE 28 fevereiro de 2025**

P.A.O.D

Sr. Presidente da Mesa, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

O protocolo de cooperação celebrado entre a ULSAM E.P. , a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez e o município de Arcos de Valdevez, foi um ato com o qual nos congratulamos. Tornar operacionais estruturas abandonadas, sem uso ou mal dimensionadas é uma atitude correta que, quer queiramos ou não nos torna um concelho inconformado e pronto para executar projetos arrojados e que coloquem o concelho entre aqueles que não se deixaram apanhar pelo marasmo e pelos serviços mínimos. Relativamente ao passado e no que toca a serviços públicos perdemos população, serviços e estruturas. Numa palavra, perdemos influência política, deixamos ir os serviços florestais, serviços de eletricidade, Polícia de Segurança Pública e serviços de Urgência Básica entre outros. Tudo isto o estado levou e continua a levar com a reestruturação do serviços de finanças, que

aos já de si poucos funcionários, ainda está a acabar com os que restam. Até o único banco do estado já fecha as portas para levantamentos físicos de numerário às 12 horas, em prejuízo dos seus clientes, muitos dos quais não tem alternativa, pois seus ordenados e pensões de reforma já lá obrigatoriamente depositados. Querem empurrar as pessoas para o uso do digital que é eficiente, mas onde fica a liberdade de escolhermos a forma como somos atendidos. Eu, por mim, ainda me sinto livre, mas sinto a ameaça que vem do leste, do continente americano e mesmo daqui de Portugal, quando vejo e ouço partidos a defender posições idênticas às aplicadas na Rússia, nos EUA, na Venezuela, China e na Argentina entre outros países, fico preocupado, por não ver ninguém a denunciar praticas fascistas e a desmascarar aqueles que sob a capa da democracia apregoam a seguem esses métodos.



Arcos de Valdevez 28 fevereiro de 2025

O Grupo Municipal do CDS/PP





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

PAOD – Proteção Civil

Handwritten signature or mark.

Numa sessão desta Assembleia Municipal trouxemos a debate a questão da prevenção dos fogos rurais. Entendíamos, e mantemos a nossa posição, que esta questão deveria estar no centro de toda a estratégia de desenvolvimento do concelho uma vez que esse problema só se resolverá se olharmos para ele de forma holística, e não com medidas avulsas como aquela que foi lançada pelo município no entretanto.

Os números são o que são, e podem nos acusar do que quiserem, mas não os podemos negar: Arcos de Valdevez surgiu, mais uma vez, nas notícias como o concelho do país com maior número de ignições em 2024.

Medidas têm de ser tomadas!

Começemos pelas coisas mais simples e de responsabilidade direta do município: a linha de atendimento para registo de queimas e queimadas. Têm nos chegado inúmeras queixas de arcuenses que, impossibilitados de contactar com a linha criada para o efeito, e após várias tentativas, vêm se forçados a deslocarem-se à Vila para registar uma queima de sobranço agrícola ou florestal. Sim, pode ser feito online, mas nem todas as pessoas têm essa facilidade pelo que, ou não registam, assumindo assim comportamentos de risco, ou têm que vir a Vila muitas vezes apenas para esse fim.

A queima de sobranços agrícolas ou florestais sempre se praticou, faz parte dos nossos usos e costumes agrícolas; é necessária para se acabar com algumas pragas e permite reduzir a quantidade de combustíveis disponíveis para os incêndios do Verão. Temos que agilizar o atendimento desta linha e não dificultar esta prática ancestral.

A implementação de um plano municipal de fogo controlado, com intervenções anuais e que envolva ativamente na definição do mesmo as entidades gestoras de baldio, com os nossos pastores e associações de caçadores, e que responda afirmativamente às necessidades dos mesmos na gestão das áreas de pastoreio zootécnico e cinegético, criando parcelas de mosaico de gestão de combustível – fogo bom ou frio para prevenir o fogo mau - é também fundamental. Num momento em que a AD propõe para o ano de 2025 incentivos para o emparcelamento agrícola, será que o PSD local irá finalmente começar a olhar para medidas de emparcelamento funcional? Esta medida, proposta há anos pelo PS arcuense, tem um impacto direto na gestão da paisagem, cria parcelas de maior escala, possibilitando a realização de melhoramentos fundiários tornando as terras mais rentáveis e atrativas a quem se queira instalar no concelho, de forma sustentável.

A atividade silvo-agrícola pastoril deve ser estimulada e apoiada. O apoio dado a sanidade animal sendo um passo não é de todo suficiente. Temos bons exemplos em concelhos limítrofes como por exemplo no de Melgaço onde são dados apoios diretos aos produtores de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e de fumeiro, incluindo apoios para os apicultores.





Essa aposta e apoio volta a ser reconhecido pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas com o relançar do programa de cabras sapadoras, agora reestruturado e que visará a criação de rebanhos de pequenos ruminantes fundamentais para o tecido local e para a prevenção de incêndios através do pastoreio.

Uma aposta nestas atividades tradicionais aqui no concelho, seriam estruturais para o nosso futuro coletivo, seja na dimensão ambiental e de proteção civil, seja a nível económico onde a gestão da nossa paisagem se reveste é fundamental.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



8 de Março

Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta e aspiração das mulheres à emancipação social



A poucos dias da celebração do Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910, a CDU quer aqui saudar todas as mulheres pela passagem da data em que se comemora a sua luta incansável na defesa dos seus direitos. Infelizmente, uma luta feita de avanços e recuos.

Sabemos que a história do Dia Internacional da Mulher não se consolida num único acontecimento, nem numa única data, mas há um acontecimento particular que simboliza a força e determinação das mulheres no combate às desigualdades de que são vítimas, ainda hoje, que queremos aqui recordar:

Em 1857, as operárias de uma fábrica de tecidos, situada em Nova Iorque, desencadearam uma greve, ocuparam a fábrica e reivindicaram melhores condições de trabalho - redução na carga horária de 16 para 10 horas diárias, equiparação de salários com os homens e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida com uma violência inqualificável. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas pelo simples acto de estarem a reivindicar os seus direitos.

Em 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas consignou o Ano Internacional da Mulher. E uma Resolução do Conselho de Ministros ratificava a celebração do Dia Internacional da Mulher no nosso país.

50 anos depois, continua actual a luta feminista e continuam actuais as ameaças às conquistas. ^{Anos} É crucial revigorar os objetivos

do Ano Internacional da Mulher trazendo à memória coletiva a leitura dos propósitos políticos que animaram a Revolução de Abril, propósitos que não foram cumpridos e alguns deles terão mesmo sido esquecidos.

São as mulheres que recebem os mais baixos salários, reformas e pensões. São elas as mais penalizadas materialmente, pese embora o grande valor demonstrado, a reconhecida competência e qualidade no exercício das suas atividades profissionais e da sua crescente participação política. Continuam a ser elas a base da família, independentemente da sobrecarga.

O mundo está novamente em crise, e a erosão dos direitos das mulheres não é, nem será alheia, como temos visto.

Pelo que o tempo da luta feminista está longe de terminar e não se faz sem a luta anticapitalista. *e antifascista*

Quando ganha a mulher, ganha toda a sociedade.

A CDU na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez afirma assim o seu compromisso:

- 1- Para com a valorização da participação das mulheres na sociedade e pelo direito de serem realizadas políticas que ponham fim às persistentes desigualdades e discriminações e à limitação do exercício de direitos no trabalho, na família, na maternidade, no acesso a cuidados de saúde, em particular na saúde sexual e reprodutiva, na participação política, na cultura ou no desporto.

- 2- Pela responsabilidade do Estado no reforço de recursos humanos, técnicos e financeiros para que os serviços públicos – centros de saúde, hospitais, escolas, universidades, forças de segurança, polícia criminal, Ministério Público e serviços de segurança social – possam concorrer para a eficácia dos instrumentos legais de prevenção da violência doméstica, de adequada protecção das vítimas, de uma efectiva intervenção com programas dirigidos aos agressores para prevenir e combater a reincidência desta grave prática social. A violência doméstica e a violência sexual são um flagelo, sintomático de uma sociedade profundamente machista, que mata uma mulher a cada 10 minutos no Mundo. Em Portugal, 2025, está a revelar-se um dos mais preocupantes de sempre, com uma média de uma mulher morta a cada semana.
- 3- Para a defesa de mais e melhores serviços públicos de proximidade e qualidade, condição necessária para efectivar a igualdade, em especial no SNS, assegurando o direito de todas à saúde, o adequado acompanhamento da gravidez, parto hospitalar e cumprimento da lei da Interrupção Voluntária da Gravidez.
- 4- Por uma Estratégia de Prevenção e combate à exploração das mulheres na prostituição, com a implementação de programas de saída para quem assim o queira fazer. Uma estratégia que não criminalize, nem estigmatize as mulheres, mas que denote reconhecimento pela intolerável forma de violência sobre as mulheres sujeitas a este negócio que atenta contra a dignidade e direitos de todas.

E saúda todas as mulheres, trabalhadoras, mães, avós e estudantes do concelho de Arcos de Valdevez, reconhecendo o valor da sua imprescindível participação enquanto motor transformador da sociedade.

Para terminar, Maria Teresa Horta:

Basta!
- digo -
que se faça
do corpo da mulher
a praça - a casa
a taça
A ÁGUA
Com que se mata
a sede
do vício e da desgraça

Obrigada!

A Eleita p' CDU

Sandra Barreira

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

No passado dia 23 de fevereiro de 2024, esta assembleia deliberou, por maioria, com 1 voto contra e cinco abstenções a proposta da câmara municipal para o reconhecimento de interesse municipal da instalação de estação de radiocomunicações no lugar de Lombadinha na freguesia de Gondoriz, requerida pela NOS (Technology – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.)

Esta situação proveio da verificação de que é uma zona com pouca ou nula cobertura de rede móvel e da necessidade de cumprimento de obrigação de cobertura imposta pela ANACOM - Regulamento nº 987-A/2020 de 05 de novembro.

Ultrapassados pormenores relacionados com a instalação da estação, tomamos conhecimento por parte do proprietário do terreno onde a mesma se ia edificar e para gáudio de alguns dos aqui presentes, que a NOS tinha simplesmente desistido do processo, sem qualquer explicação.

Ora, para informação de todos, o Governo à data de 1 de junho de 2019 acabou com o serviço universal de telefone fixo, seguindo uma recomendação da ANACOM nesse sentido, deixando de todas as pessoas ter a possibilidade, por exigência, de ter telefone fixo por cabo na sua própria casa.

Para mais informação dos presentes, o lugar de Avelar, à semelhança de outros lugares de Cabreiro e também de outros lugares de outras freguesias, como por exemplo Lombadinha, Gondoriz, não dispõem, nem sabemos quando irá dispor, de fibra ótica, o que lamentamos!

Segue-se que na noite do passado 27 de janeiro e em virtude da trovoada que atingiu a freguesia de Cabreiro e em específico o lugar de Avelar, ficou destruída uma grande extensão de linha de cobre que servia o serviço fixo de telefone.

Depois de comunicada a avaria, houve uma insistência colossal por parte da operadora para que o titular mudasse para o serviço Satélite, mudando o seu telefone fixo para a rede GSM (rede também emitida pela estação de radio telecomunicações), pois já não é financeiramente viável a reparação da linha cobre, apesar de, por outro lado, não haver nenhuma garantia de cobertura de rede no exato local da sua habitação.

Perante as várias recusas às ofertas, e após vários dias sem resolução do problema, houve necessidade de reportar nova comunicação da avaria. Nessa comunicação o técnico, e não o comercial, disse claramente que não era possível na casa desse cliente haver a rede GSM, como tal tinham que reparar a rede de cabo, situação também confirmada pelo técnico que se deslocou à habitação do cliente.

Depois de todas estas situações, o senhor José Corga Alves, solteiro e doente oncológico, 1 dos 3 habitantes permanentes de Avelar, conseguiu ter telefone fixo (e não rede móvel, porque essa nunca teve) dentro da sua casa no passado dia 22 de fevereiro, quase 1 mês depois, porque foram reparados mais de 100m de cabo de cobre.

Perante todas estas situações e porque se para alguns aqui presentes a cobertura móvel chega, para mim, Presidente de Junta de Cabreiro, não chega enquanto todas as pessoas da freguesia não estiverem o melhor servidas possível em todos os parâmetros da sociedade. Pois no meu humilde ponto de vista, uma vida em Avelar vale tanto como uma em Lisboa ou Porto.

Posto isto proponho a esta Assembleia, reunida hoje, 28 de fevereiro de 2025 que delibere:

1.º Indagar se foi comunicada à Câmara Municipal (CM) a desistência da instalação da estação de telecomunicações, no lugar de Lombadinha, freguesia de Gondoriz e, em caso afirmativo, o motivo da mesma.

2.º Recomendar à CM, para que junto da ANACOM efetive a instalação da referida estação de telecomunicações e objeto de votação na AM de 23 de fevereiro de 2024, cumprindo a obrigação de cobertura imposta pela ANACOM - Regulamento n.º 987-A/2020 de 05 de novembro.

3.º Recomendar à CM para que junto da ANACOM pugne pelo alargamento da rede de fibra ótica em Cabreiro, dando cobertura à totalidade da freguesia, porque face à expectável não reparação de linha antiga de cobre, a única solução de haver telefone fixo sem constrangimentos dentro da casa das pessoas é com a fibra ótica.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

O Presidente da Junta de Cabreiro,



(João Carlos Pereira Barbosa)



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

PAOD – Linha de Muita alta tensão

No dia 13 de janeiro de 2025, e após o Supremo Tribunal Administrativo aceitar o recurso de municípios do Alto Minho e de remeter novamente para a primeira instância a avaliação da providência cautelar apresentada pelos municípios de Monção, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Melgaço para a suspensão de eficácia da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) favorável ao projeto de construção da linha de alta tensão Ponte de Lima-Fontefria (Galiza), a Ministra do Ambiente Graça Carvalho esteve no nosso concelho.

Aqui afirmou, que a REN, com a mediação e envolvimento do secretário de Estado do Ambiente, e do presidente da Agência Portuguesa para o Ambiente (APA), têm estado em negociações com os senhores presidentes de câmara para ver pequenos desvios que sejam possíveis e que não vão impactar, ou que não impactam muito os custos de construção da linha, de forma a estudar “pequenos desvios” para minimizar o “impacto” da obra, muito contestada localmente e aqui por todos neste fórum. Afirmava a Sr.^a Ministra que à data estava a ser feita “uma negociação muito pormenorizada” para tentar desviar a linha das populações e para não causar problemas ao território.

Pelas notícias que vamos percecionando, no concelho vizinho de Monção, essas negociações estão de facto a decorrer, existindo registos de alterações do traçado. Em Arcos de Valdevez, no entanto a linha parece um ato consumado até pela quantidade de postes já erguidos e de sapatas já construídas.

Aqui chegados, cabe-nos olhar para as compensações devidas e previstas na lei pela passagem destas infraestruturas. Quanto a estas, recomenda o Partido Socialista que as mesmas, por muito parcas que sejam, sejam atribuídas integralmente e através de protocolo, para as Freguesias diretamente oneradas e em muitos casos prejudicadas por esta infraestrutura, procurando assim minimizar os danos diretos e indiretos que às mesmas causam. É de inteira justiça que assim seja.

Foi nos dado também a saber que estavam a ser negociadas indemnizações para os territórios do Alto Minho, diretamente com o Governo, e não previstas expressamente na lei. Questionamos então o Sr. Presidente sobre o estado destas negociações e que esclareça esta Assembleia sobre o teor das mesmas.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

28fev2025



Boa tarde.

Pedido de esclarecimentos, ao Srº Presidente da Câmara Municipal.

No início do mês de janeiro através de um Comunicado de um Candidato à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, que dava conta que existiam “duas listas, cerca de 3.000 utentes sem médico de família e que aguardavam a colocação de um novo médico há vários meses” no Centro de Saúde de Arcos de Valdevez.

O que gostava de ser esclarecido era se na realidade existem 3.000 utentes à espera de Médico de Família no Centro de Saúde de Arcos de Valdevez ou se a notícia do Senhor Candidato à Câmara Municipal é enganadora e mentirosa o que se torna péssimo para um candidato que pretende ser um futuro Presidente do nosso Concelho.

Arcos de Valdevez, 28 de Fevereiro de 2025

O PRESIDENTE DA JUNTA

UF AV SALVADOR, VILA FONCHE E PARADA


Rui Fernando Gonçalves Aguiar

Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025



Voto de pesar

Faleceu, no passado dia 07 de dezembro, no Hospital de Santa Luzia, em Viana do Castelo, o Sr. Prof. Cândido Jorge Rodrigues, com 72 anos de idade. Era casado com Eliana Nascimento de Souza Rodrigues.

O Prof. Cândido dedicou toda a sua vida ao ensino, como Professor de Educação Física. Durante a sua longa carreira inspirou muitos alunos a seguirem os seus estudos na área do desporto. Foi ainda um grande treinador de futebol, tendo treinado o Atlético de Valdevez e o CRC Távora. Era um homem generoso, de sorriso fácil, muito conhecido na nossa terra e que depressa criava uma boa ligação com quem o rodeava.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S. Vicente vem propor que seja aprovado este voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à família, endereçando-lhes as mais sentidas condolências e que seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente

António Maria Sousa



Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025

Voto de pesar

Faleceu, no passado dia 15 de dezembro, no IPO-Porto, o Sr. José Augusto Pereira de Barros, com 75 anos de idade, residente na União de Freguesias de S. Paio e Giela. Era casado com Etelvina Torres Rodrigues Barros, pai de Sofia Rodrigues Pereira de Barros Dias e de Rui Rodrigues Pereira Barros e tinha 3 netos.

O Sr. José Augusto foi Sargento-Mor da Cavalaria em Viana do Castelo, tendo terminado a sua carreira em Lisboa. Depois de passar à reserva, dedicou muito do seu tempo ao Atlético dos Arcos. Foi durante muitos anos diretor desportivo do clube, tendo sido um homem extremamente competente e dedicado.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S. Vicente vem propor que seja aprovado este voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à família, endereçando-lhes as mais sentidas condolências e que seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S. Vicente

António Maria Sousa

Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025

Voto de louvor

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente vem propor um voto de louvor a Carlos Alberto Torres Rodrigues, mais conhecido como Carlos Rodrigues.

O Carlos Rodrigues, conhecido músico arcuense, nasceu em 1964 na freguesia de Távora S. Vicente. Dono de uma voz única e de uma capacidade técnica enorme, o Carlos Rodrigues tem atuado, ao longo da sua vida, em diversas festas e romarias do nosso país e do estrangeiro, tanto com a sua banda coir o a solo. Um cartaz com o Carlos Rodrigues é sempre sinónimo de qualidade, animação e de momentos bem passados ao som das suas músicas. Para além da grande capacidade de execução, tem também uma grande facilidade em compor, tendo já algumas músicas da sua autoria. Tem uma carreira longa, consistente e é bem conhecido por todos os arcuenses. Conseguiu sempre adaptar-se aos tempos, mantendo o nível de qualidade e é um enorme motivo de orgulho para a nossa terra.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente propõe a esta Assembleia que aprove este voto de louvor e que seja dado conhecimento ao Carlos Rodrigues.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente

António Maria Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

28 FEVEREIRO 2025

Declaração de Voto

Período Antes da Ordem do Dia

Por proposta do Srº Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta. Maria e S. Vicente, foi apresentado um voto de louvor ao Senhor "CARLOS ALBERTO TORRES RODRIGUES", Cantor Musical, aprovado por Maioria com DUAS Abstenções, sendo que uma das abstenções foi de Rui Aguiam, Presidente da Junta da União de Freguesias de AV Salvador, Vila Fonche e Parada.

Considerando que o VOTO DE LOUVOR é uma "Manifestação formal de reconhecimento ou elogio a uma conduta, ação ou decisão tomada por uma pessoa, órgão ou entidade, geralmente adotada em âmbito parlamentar, académico ou corporativo" de forma séria, merecedora, reconhecida, elogiada, glorificada, mas sem quaisquer bajulações;

Considerando que o voto de louvor agora apresentado se trata de uma autêntica bajulação do seu proponente, com elogios exagerados apenas com a finalidade de obter favores ou protagonismo junto do Senhor Carlos Rodrigues;

Considerando que para além de amigo DO Sr Carlos Rodrigues, também sou Vice-Presidente da FOLIA- Associação de Festas, com o qual temos relações profissionais e respetivas contratações musicais, podendo parecer ou até ser considerado que existe favorecimento;

Considerando que em Votos de Louvor a Grupos e Cantores Musicais, sempre optei pela Abstenção e que face a estes factos tive novamente que optar pela ABSTENÇÃO.

Arcos de Valdevez, 05 de março de 2025

O PRESIDENTE DA JUNTA



Rui Fernando Gonçalves Aguiam

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO SOCIAL



A16

O Grupo Municipal do PSD congratula o dinamismo da Autarquia arcuense em torno do desempenho ao nível da educação, cultura e desporto e lazer.

Na educação e cultura destacamos a assinatura do contrato do PRR para a Construção da Escola para o Ensino Artístico. A Câmara Municipal entregou 90 computadores para as Escolas de Arcos de Valdevez. A obra para a residência académica para estudantes do IPVC em Guilhadeses já foi consignada, com um investimento superior a 1 milhão de euros.

No desporto e lazer destacamos a adjudicação das terraplanagens relativas à obra da terceira fase da Zona Desportiva Municipal, no valor de cerca de 150 mil euros.

Na cultura destacamos a aquisição pelo Município das frações A e C ligadas ao Café e Restaurante Alameda para fins culturais, no valor de 565 mil euros, bem como o lançamento do concurso para a obra de requalificação do Cine Teatro Alameda.

De referir também a celebração do acordo de financiamento para a melhoria do estacionamento, previsto no Plano de Valorização do Santuário da Sra. da Peneda, no valor de 400 mil euros.

Congratulamo-nos ainda com a recente classificação da Romaria de S. Bento do Cando, inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

De referir também que o equipamento Cultural “Espaço Valdevez - História e Arqueologia” foi reconhecido pela CCDR NORTE como “Museu de Território”, no âmbito da Rede Regional de Museus de Território da Região Norte.

Felicitamos o Município pela realização da 23ª edição da iniciativa “Sons do Vez”, na Casa das Artes.

Felicitamos a arcuense Daniela Portas, natural de Gondoriz, eleita Miss Alto Minho 2024, desejando-lhe os maiores sucessos para o concurso Miss Queen Portugal 2025.

Felicitamos a Poetisa arcuense, Eleanor Bramble, pela recente apresentação do seu primeiro livro de poesia, The Girl In Black Lace.

Felicitamos a arcuense Vitória Guimarães, da Nature Horse, que se sagrou Campeã Nacional de Jockeys iniciados, com o cavalo “Garrano Fidalgo”.

De salientar por fim, as muitas iniciativas culturais e socioeducativas promovidas na Casa das Artes, na Biblioteca Municipal, no Paço de Giela, no Espaço Valdevez, no Centro Interpretativo do Barroco e no Centro Ciência Viva/Oficinas de Criatividade Himalaya destinadas a crianças, jovens e adultos.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 1 – Relatório de atividade do executivo (dezembro de 2024, janeiro e fevereiro 2025)

Sr. Presidente, gostaríamos de obter esclarecimento sobre duas questões que aqui apresentamos, referentes ao relatório de atividade do executivo no passado trimestre:

- Já aqui manifestamos a nossa concordância e preocupações sobre o investimento que se pretende fazer para a instalação de uma residência universitária nas antigas Escolas primárias de Guilhadeses. Todos nós estamos bem cientes da real necessidade de intervenção no antigo seminário que tem andado de mãos em mãos como bem lembrou recentemente o Notícias dos Arcos. Questionamos então se chegou a ser equacionado a requalificação desse edifício para esse fim, o que lhe traria finalmente um processo de recuperação e um fim funcional até hoje nunca encontrado;

- Gostaríamos de confirmar com o Sr. Presidente se é verdade que a Câmara Municipal cede de forma gratuita a loja à ADAM no mercado, sendo também responsável pelo pagamento da água luz e internet desta loja. Percebemos e concordamos com a necessidade deste serviço de proximidade essencial à população, deste bem essencial. Mas a ADAM cobra-se todos os meses através das suas faturas desses serviços de proximidade a qual é obrigada a fornecer contratualmente. Não percebemos, a ser verdade essa duplicação de pagamentos dos serviços de proximidade que a ADAM é obrigada a prestar – pagam os arcuenses na sua fatura, pagam os arcuenses através do orçamento municipal - não nos parece correto. Até porque existirão no concelho outras instituições, e até sem fins lucrativos, que merecem porventura muito mais esse benefício. Queira, por favor, esclarecer-nos da verdade desta informação.

Ficam agora umas recomendações ao Sr. Presidente e a seção de Proteção civil municipal:

- Já aqui alertamos para a necessidade de se resolver a questão da Casa da Quinta que fica junto ao Ecoparque. Quando se criam condições de visitação, temos que garantir que as mesmas ocorrem dentro de parâmetros elevados de proteção e salvaguarda de pessoas e bens. Nos dias de vento, ninguém está livre de levar com a projeção de uma telha dessa casa. Urge tomar medidas de salvaguarda;

- A nova estrada que liga o pontilhão de Pogido a Prozelo, não foi ainda pintada, pelo que é um risco circular nela sem a devida marcação. Por outro lado, no entroncamento desta nova via com a EN 101 é necessário urgentemente tomar medidas de proteção e de melhoria da sinalização e das condições de visibilidade, pois o risco existe e os acidentes irão acontecer se nada se fizer.

/ Ficam as recomendações.)

~~Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025~~

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DE 28 fevereiro de 2025



PONTO 1 Relatório de Atividades do Município

Sr. Presidente da Mesa, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

- 1) Na recente intervenção da estrada Municipal (antes EN) entre o LIDL e o Intermarché, na derivação para a zona industrial de Paçô, a lomba aí construída quem vai na direção norte, está com inclinação pronunciada e que é de todo conveniente suavizar, dada a mudança brusca que provoca na condução e os perigos que podem daí advir.
- 2) A recente lei dos solos vem alterar significativamente o conceito que até agora tem dominado a intervenção urbana. A nova lei vem alterar o Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, com o único objetivo de inverter a situação de carência habitacional e de possibilitar a disponibilização de solos não classificados como urbanizáveis, de forma a permitir construção de edifícios para habitação a preços compatíveis com a capacidade financeira das populações. O município terá um papel importante para a concretização desta nova lei, e parece-me que seria importante nesta altura os partidos serem esclarecidos como se vai conciliar o PDM (Plano Diretor Municipal) em vigor e que se encontra em revisão e a nova lei.
- 3) Outro assunto de interesse para o município é a situação da Linha de Muito Alta Tensão. Temos insistido que a única saída para este caso é a inviabilização da linha de Muito Alta tensão pelo concelho de Arcos de Valdevez e gostaríamos que o Sr. Presidente informasse em que ponto é que se encontra o processo, tendo em consideração as providências cautelares que têm sido interpostas em tribunal e qual a conversa que teve com a Sra. Ministra do Ambiente sobre este assunto, conforme referido na visita de 13 de janeiro 2025 a este concelho.
- 4) Proposta de Renovação do contrato de Delegação de Competências na Diretora do Agrupamento de Escolas de Valdevez (reunião de 13 fevereiro de 2025) o que se nota é que nesta proposta, a Câmara Municipal , sem consultar a figura do Diretor do Agrupamento de Escolas lhe renova o contrato de delegação de competências por mais um ano e introduz uma

alteração onde é referido que o contrato é renovado por sucessivos períodos de tempo. Compreendo que é necessário dar estabilidade e continuidade ao trabalho da Direção do Agrupamento. Mas para atribuir ou delegar novas competências, são necessárias duas partes, a que atribui e a que recebe. Ora aqui não vemos nenhuma aceitação física dessas competências atribuídas. Pode e os cargos não são felizmente eternos, haver mudança na Direção do Agrupamento e os novos membros, que ainda esperamos serem eleitos e não nomeados, são praticamente obrigados a aceitar até ao prazo de denúncia estabelecido nesta delegação.

Sei que neste município, tudo tem remédio de uma forma ou de outra. Fascismo nunca mais, o povo é quem mais ordena mas só no dia 25 de Abril. No dia mundial da Criança, ai Jesus das nossa criancinhas! Exaltamos as mulheres no Dia Mundial das Mulheres. Damos louvores aos velhos no dia mundial da terceira idade, fazendo passeios de autocarro, almoços e jantares só para velhos, mas o que vemos na fotos que alguns publicam é novos e mais novos que vão à boleia dos velhos. Até a D. Malafaia se mete nisto. Depois e passe o exagero, entramos em modo de Carnaval, onde nada se leva a mal.

Arcos de Valdevez 28 fevereiro de 2024

O grupo Municipal do CDS/PP





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

**Ponto 1 – Relatório de atividade do executivo (dezembro de 2024, janeiro e fevereiro 2025) -
Vários**

Após análise do relatório de Atividade para o período de novembro a fevereiro, solicitamos os seguintes esclarecimentos ao Executivo:

- - Em reunião de Câmara de 21 de novembro, é aprovada a adjudicação da atualização dos projetos de arquitetura e especialidade do Teatro Alameda, pela quantia de 45.840€ à empresa Vítor Mogadouro – Arquitetura, Unipessoal, no entanto, na reunião de 13 de fevereiro é autorizada a abertura de um procedimento tendo como objeto a realização de um projeto de arquitetura e especialidades para o edifício conexo ao Cine-Teatro Alameda, antigo café e restaurante, para novo espaço cultural/galeria municipal pela mesma quantia de 49.850€ e prazo contratual de 45 dias.

Os esclarecimentos que se exigem são os seguintes, estes dois montantes complementam-se ou estamos a falar de projetos de arquitetura diferentes para o edifício Alameda.

Sendo que o primeiro aprovado menciona uma atualização dos projetos de arquitetura, qual foi o montante já liquidado pelo Projeto inicial?

Não estando ainda a compra aprovada em Assembleia Municipal, é sério estarem já a aprovar esta adjudicação e abertura de procedimento?

A reabilitação deste espaço foi sempre defendida pela bancada do Partido Socialista, no entanto, é essencial que as regras sejam cumpridas e a Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo seja respeitado.

- Solicitamos igualmente esclarecimentos sobre a PLACA – Plataforma Criativa de Arcos de Valdevez, tendo sido aprovada o projeto de execução para lançamento de concurso e respectiva abertura de procedimento pelo valor base de 434.857,66€.

- Questionamos o Pedido de Autorização para abertura de autorização para abertura de pedido de consulta prévia – Fornecimento, implementação, parametrização, configuração e formação de software para a gestão do parque e atividades desportivas, pelo valor base de 69,573,28€, este software será para uma gestão integrada com as várias associações do concelho, poderão estas beneficiar do mesmo?

- Por fim, mas não menos importante, permitam-nos trazer a esta Assembleia uma questão que ultrapassa as divergências políticas e toca no cerne da nossa democracia local.

Tem acontecido alguns esquecimentos no envio de convites aos vereadores eleitos pela oposição para os eventos organizados pelo executivo municipal. De igual modo, os convites endereçados por associações e coletividades do concelho raramente chegam ao conhecimento dos nossos vereadores.





Esta situação suscita uma legítima preocupação: estaremos perante um receio da pluralidade de vozes ou uma fragilidade da nossa cultura democrática local?

Recordamos que os vereadores da oposição não representam apenas uma força política, representam arcuenses que democraticamente manifestaram a sua vontade nas urnas. Excluí-los é, na prática, excluir uma parte significativa dos cidadãos deste concelho.

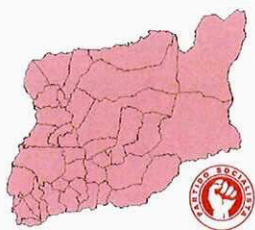
A democracia local não se esgota no ato eleitoral. Manifesta-se diariamente no respeito institucional, na transparência e na inclusão de todas as sensibilidades políticas na vida do município.

Apelamos, por isso, a uma reflexão séria sobre esta matéria. Não se trata de um favor à oposição, mas sim de um dever para com os cidadãos e para com os princípios democráticos.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro

Ponto 1 – Relatório de Atividades

Vimos trazer à discussão uma reflexão que reputamos de fundamental sobre a distribuição dos recursos públicos, a propósito da deliberação tomada em Câmara sobre o investimento de 150.000 euros na reabilitação do espaço do bar do campo da Coutada.

Não questionamos a importância do investimento em infraestruturas desportivas. Concordamos que, como princípio, é essencial para a qualidade de vida das nossas populações. Contudo, neste caso no concreto, não podemos ignorar o facto de já terem sido canalizados cerca de 140.000 euros para sistema de iluminação no mesmo espaço, totalizando um investimento de cerca de 300.000 euros. E é aqui que reflexão que queremos suscitar sobre os critérios de distribuição dos recursos públicos.

Obviamente que há várias as questões que nos surgem perante estas somas.

Qual foi critério para tal concentração de investimento?

Como garantimos que outros clubes e coletividades, fundamentais para a dinâmica social e desportiva do nosso município, não são negativamente discriminados?

A gestão dos dinheiros públicos exige transparência, ponderação e, sobretudo, um olhar inclusivo que não beneficie desproporcionalmente uma única instituição.

Reiteramos o apelo que temos vindo a formular: façamos uma reflexão séria sobre a distribuição destes investimentos, considerando o tecido associativo na sua globalidade e não apenas uma parte.

O rigor na gestão municipal não se compadece com decisões que possam parecer discricionárias ou pouco fundamentadas.

Ainda nesta temática das infraestruturas desportivas, questionamos o Executivo sobre a responsabilidade da Câmara Municipal na elaboração e implementação dos planos de segurança exigidos aos clubes e às associações desportivas de Arcos de Valdevez.

Esta necessária segurança nas instalações desportivas, onde se desenvolve também o futebol de formação representa uma preocupação fundamental que merece a atenção prioritária da Autarquia, sendo imprescindível garantir todas as condições de segurança para praticantes, técnicos e espectadores.





Face a esta realidade, defendemos que a Câmara Municipal deve assumir um papel proativo e interventivo nesta matéria, desenvolvendo um modelo padronizado de plano de segurança que possa ser adaptado às diferentes instalações desportivas do concelho.

Este modelo, que deverá ser adaptado a nossa realidade local, seria complementado por um apoio técnico especializado através da disponibilização de técnicos municipais de proteção civil para realizar avaliações de risco específicas, identificar procedimentos adequados de atuação em emergências, e preparar plantas de emergência padronizadas para cada instalação.

Reconhecendo os constrangimentos financeiros que muitas associações enfrentam, propomos ainda que seja efetuado um levantamento de necessidades específicas para a implementação de medidas de segurança e que exista, de forma equitativa e justa, o devido investimento do município para conseguirem cumprir com estas exigências.

Reiteramos que o envolvimento direto e estruturado da Câmara Municipal nesta matéria não constitui apenas uma opção, mas uma necessidade premente e uma responsabilidade legal e ética.

Pela nossa parte, Partido Socialista, recomendamos de forma expressa que a Câmara proceda à implementação destes planos de segurança, reforçando o compromisso inequívoco do nosso concelho com um desporto formativo seguro, responsabilidade e de qualidade.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro.

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



A20-1

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO SOCIAL**



O Grupo Municipal do PSD congratula o dinamismo da Autarquia arcuense em torno do desempenho ao nível da ação social, saúde e bem-estar.

Na saúde e bem-estar destacamos o início das obras de requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Arcos de Valdevez.

Congratulamo-nos com a criação da Unidade de Retaguarda da ULSAM no Centro de Saúde de Arcos de Valdevez, numa parceria entre a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, a Santa Casa Misericórdia de Arcos Valdevez e o Município de Arcos de Valdevez.

De igual modo, saudamos a abertura do Gabinete de Saúde Oral à população arcuense, no Centro de Saúde de Arcos de Valdevez.

Felicitemos também a investigadora arcuense Ângela Carneiro, distinguida pela Fundação Bial, no âmbito de um estudo sobre a doença ocular, bem como pelo seu percurso académico e profissional.

No sentido de reforçar o apoio aos migrantes, foi aberto um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - CLAIM, no edifício do Passos do Concelho, inaugurado recentemente com a presença do Secretário de Estado Adjunto da Presidência e o Presidente do Conselho Diretivo da AIMA.

Na coesão e ação social destacamos a conclusão da ampliação da creche do Parque Empresarial de Padreiro, passando a dispor de uma capacidade para cerca de 100 crianças.

Assinalamos a distribuição de 25 cartões de acesso gratuito a medicamentos comparticipados, destinados a pessoas em situação de carência económica, no âmbito do “Programa Abem - Rede Solidária do Medicamento”.

De referir também o sucesso de mais uma edição da iniciativa “Encontro Intercultural: Natal pelo Mundo”, onde as mais de 30 comunidades de emigrantes mostraram as suas tradições de Natal.

Ao nível da habitação, destacamos no ano 2025 o apoio a 40 agregados familiares, no âmbito do Programa Municipal Subsídio ao Arrendamento.

No âmbito do Programa Municipal de Arrendamento Jovem foram entregues 4 apartamentos, reconstruídos pelo Município.

No âmbito do Programa Renda Acessível em Valdevez – RAV já foram disponibilizadas 6 habitações.

O Ministro das Infraestruturas e Habitação esteve em Arcos de Valdevez para a assinatura de contratos e protocolos entre a Câmara Municipal e o IRHU para a reabilitação e construção de habitações sociais.

De assinalar que já iniciaram as construções dos 26 fogos habitacionais, 8 na freguesia de Guilhadeses, 8 na freguesia de Souto e 10 na freguesia de Parada, bem como a reabilitação dos 28 fogos do Bairro da Quinta da Capela, em Vilafonche.

Azo-2

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO SOCIAL**



Ao nível da reabilitação de escolas primárias para a criação de 6 fogos habitacionais, já está em execução a obra na Escola Primária de Parada, e estão em fase de adjudicação as obras na Escola Primária do Couto e na Escola Primária de São Cosme e S. Damião.

Felicitamos o Município e os arcuenses pelo envolvimento na campanha de recolha de alimentos promovida pelo Banco Alimentar Contra a Fome, e na iniciativa do Natal Run Solidário, que resultou na angariação de alimentos para a Cáritas.

Felicitamos a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Arcos de Valdevez pela ação de sensibilização intitulada “O Papel do Assistente Operacional na Defesa e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens”.

Destacamos o apoio financeiro municipal aos Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez para a comparticipação de uma ambulância.

De referir que a Câmara Municipal aprovou o Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

A21-1

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO ECONÓMICO E TURÍSTICO**



O Grupo Municipal do PSD, vem realçar o crescimento e dinamismo económico e turístico em Arcos de Valdevez.

O município continua a investir na expansão das áreas de acolhimento empresarial, reforçando incentivos e benefícios fiscais. Encontra-se em fase de adjudicação a construção do novo Parque Empresarial da Prova, um projeto estratégico para o desenvolvimento económico local. Em 2025, destacamos a instalação de cinco novas empresas no Parque Empresarial de Paçô, um sinal claro da crescente atratividade do nosso concelho para o investimento e a inovação.

De referir ainda a parceria entre o Município e a ACIAB na criação de um novo espaço, de apoio à modernização e à internacionalização de empresas, através da remodelação dos espaços afetos à antiga tesouraria das finanças.

Podemos destacar ao nível do incentivo ao investimento a abertura da 2ª edição do programa "Investarcos - Apoio à Competitividade das Microempresas Arcuenses" destinado apoiar o investimento industrial de pequena dimensão, nomeadamente nas áreas da serralharia, carpintaria, vidraria, instalações elétricas, canalização e climatização, entre outras atividades especializadas de construção, e na área da reparação de veículos automóveis e motociclos.

No turismo, enalteçemos o forte crescimento da procura turística no concelho, onde foi estabelecido um novo recorde de 106 mil dormidas num único ano. Nos últimos dez anos, o número de dormidas quintuplicou, passando de cerca de 20 mil em 2014 para mais de 106 mil em 2024, um reflexo claro da crescente atratividade do nosso território.

A este nível apraz-nos destacar o sucesso da 1ª edição do programa Investarcos - Apoio ao Turismo, que superou as expectativas, com um investimento total executado de cerca de 162 mil euros, um apoio municipal de cerca de 70 mil euros e a criação de 10 postos de trabalho.

De referir também a importância da visita do Secretário de Estado do Turismo a Arcos de Valdevez, onde foi apresentada a Estratégia municipal de desenvolvimento do setor e solicitado apoio à sua execução. O Secretário de Estado, enalteceu o trabalho do Município e dos parceiros naquilo que toca à definição da estratégia e à promoção do concelho, o que facilita e estimula o desenvolvimento do turismo no concelho.

A21-2

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO ECONÓMICO E TURÍSTICO**



Destacamos também o crescente reconhecimento que a imprensa local, nacional e internacional, bem como os blogues de viagens, têm dado ao concelho de Arcos de Valdevez, valorizando as suas potencialidades turísticas, culturais e gastronómicas.

Salientamos ainda um conjunto de projetos em curso, com destaque para o avanço do projeto 'Território Santa Cruz', que visa promover o património natural e cultural, o turismo e a economia do território oeste de Arcos de Valdevez, abrangendo 13 freguesias, desde Jolda Madalena até ao Extremo."

De realçar também a agenda diversificada da iniciativa "ArcosInverno", que muito contribui para a dinamização e atratividade de Arcos de Valdevez em época baixa.

No âmbito do "Programa Valorizar - Produtores e Produtos Locais", assinalamos adesão de 15 produtores e produtos locais à marca "Terras do Vez - Sabores e Tradições" e a adesão de 14 empresários arcuenses para promotores dos produtos locais através do consumo e venda dos produtos do Catálogo "Terras do Vez - Sabores e Tradições", nos seus restaurantes e comércio.

Arcos de Valdevez é um dos 4 Municípios do Vale do Lima que integra o projeto "Região Europeia da Gastronomia e Vinho", uma oportunidade única na promoção da nossa gastronomia, vinhos e produtos endógenos de excelência.

A este nível destacamos a realização dos fins-de-semana gastronómicos "Arcos à Mesa", com a tradicional "Carne da Cachena com Arroz de Feijão Tarreste" e o "Cozido à Moda dos Arcos"; e a participação do Município na apresentação oficial da XVI edição dos Fins de Semana Gastronómicos, promovida pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal e na 3ª Convenção Europeia dos Territórios Vinhateiros, organizada pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), em parceria com o Município de Lagoa.

Felicitamos o Município e as muitas entidades envolvidas no sucesso de mais uma edição da iniciativa "Magia de Natal", pelo sucesso alcançado e pelo programa de excelência.

Felicitamos também a Junta de Freguesia de Prozelo pela organização do 1.º Encontro de Empresas e Empresários da freguesia, um evento que reuniu 61 empresários e contribuiu para o fortalecimento do tecido empresarial local.

Arcos de Valdevez, 28 de novembro de 2025

Alejo Leito

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
GOVERNAÇÃO**



O Grupo Municipal do PSD congratula o dinamismo da Autarquia arcuense em torno da governação.

Ao nível da gestão autárquica congratulamo-nos com a maior execução orçamental da receita e da despesa dos últimos 10 anos. A Autarquia fechou o ano de 2024, com uma execução da receita no valor de 32,3 milhões de euros e uma execução da despesa no valor de 32,1 milhões de euros.

Nas Grandes Opções do Plano o maior investimento foi em funções sociais, de valor superior a 10 milhões de euros, seguindo-se as funções económicas, de valor superior a 4,7 milhões de euros.

Este resultado evidencia uma gestão responsável e caracterizada pelo reforço do investimento nas mais variadas áreas de intervenção e por todo o concelho, da parceria com as Juntas de Freguesia, instituições e associações e de um conjunto de incentivos de apoio às famílias e à economia.

Felicitemos a Autarquia pela renovação do galardão com o Selo ODSlocal, na categoria de Dinâmica Municipal, pelo contributo na promoção de boas práticas para a sustentabilidade ao nível dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030 das Nações Unidas.

No âmbito da parceria com as Juntas de Freguesia destacamos o apoio municipal à atividade de 34 Juntas de Freguesia, de valor superior a 1,7 milhões de euros, destinados ao apoio à realização de diversas obras e iniciativas nas freguesias.

Destacamos o lançamento da 2ª edição do Orçamento Participativo Municipal, com o início das sessões de divulgação e captação de ideias e projetos por todo o concelho. Felicitemos o dinamismo e cuidado junto da população idosa, no âmbito do projeto Avó Mimosa, o mais votado na área concorrente de cidadania, responsabilidade social e juventude, no âmbito da 1ª edição Orçamento Participativo Municipal (OPM).

Ao nível do ambiente e sustentabilidade destacamos a celebração dos contratos de apoio financeiro de valor superior a 1,3 milhões de euros, com o Fundo Ambiental no âmbito do PRR para as Operações Integradas de Gestão da Paisagem em Arcos de Valdevez, que tem como entidade gestora a Associação Florestal do Lima.

Destacamos o reforço do apoio municipal às 5 equipas de Sapadores Florestais, no valor global de 225 mil euros

Assinalamos o reforço da rede de recolha de resíduos, no âmbito da candidatura ao Fundo Ambiental “Recolha Bio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos”, com a aquisição de 200 contentores, para a recolha seletiva de resíduos verdes em cemitérios e mais 250 contentores para o reforço da recolha seletiva de biorresíduos no setor alimentar.

Destacamos o reforço da rede de saneamento, com o lançamento da obra de “Ampliação do saneamento a sudoeste do concelho”, com um investimento superior a 4,1 milhões de euros, nas freguesias de Souto, Távora, Padreiro, Jolda Madalena e Jolda S. Paio.

De referir também a abertura de concurso para a obra de iluminação da pista do Centro de Meios Aéreos (Heliporto).

Apraz-nos referir ainda, que foram apresentados, na Porta do Mezio, com a presença da Ministra do Ambiente e Energia os 7 projetos de preservação e valorização do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), nos 5 municípios que o compõem, no âmbito do Fundo Ambiental, com um investimento na ordem dos 3,8 milhões de euros.

Também decorreu na Casa das Artes, um acordo de colaboração entre a CCDR-Norte e a Junta da Galiza no âmbito da Estratégia de Especialização Inteligente Transfronteiriça da Eurorregião Galícia-Norte de Portugal (RIS3T) 2021-2027.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DE 28 de fevereiro de 2025**



**PONTO 2 Apresentação dos Relatórios de atividades dos
Membros Eleitos da Assembleia (art. 14º-N 3 do Regimento)**

Sr. Presidente da Mesa, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

PROPOSTA

Somos chamados a apreciar, opinar e talvez votar, vários relatórios das atividades dos Membros Eleitos Da Assembleia Municipal para diversas comissões e representatividades.

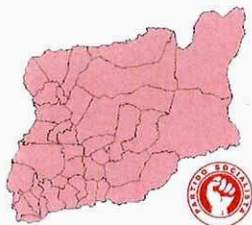
Acontece que não nos foram distribuídos junto à convocatória nem de outra qualquer forma os respetivos documentos em escrito, para análise atempada.

Assim só ficaremos a saber as atividades desenvolvidas pelos nossos representantes e oralmente na hora, ficando nós sem capacidade, para questionar, esclarecer ou aprovar ou não os documentos, por não nos ser possível em tempo útil formar uma opinião. Eu confio na Câmara Municipal, julgo mesmo que a maioria confia, mas isso não lhes dá o direito de apresentar apenas oralmente o seu relatório de atividades, que acabamos de aprovar.

Por isso propomos a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos, até à apresentação por escrito de documentação que suporte a sua discussão.

Arcos de Valdevez 28 fevereiro de 2025

O Grupo Assembleia Municipal do CDS/PP



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 2 – CIM Alto Minho

Neste período a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho reuniu em duas reuniões ordinárias para apresentação de contas referentes ao ano de 2023 e aprovação do plano Previsionais e Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais para o ano de 2025.

Reunião também em duas reuniões extraordinárias, a primeira para apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2023, a segunda para a eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal, tendo sido eleito o Dr. Paulo Queiroz em substituição do Eng.º Bruno Caldas.

No decorrer destas sessões tivemos a oportunidade de conhecer vários projetos que a CIM s encontra a desenvolver neste momento no território, muitos deles com impacto direto no nosso concelho.

Reforçamos o papel cada vez mais preponderante e prioritário das CIM's no quadro de gestão municipal sendo um exemplo claro desta importância as negociações que os 10 municípios mantiveram nos últimos 2 anos, no âmbito do PRR, do qual resultou o Quadro de Investimentos Prioritários, o qual foi o principal responsável pela inflação do nosso orçamento para o ano de 2025, estando por exemplo neste momento 5 linhas de financiamento do PRR abertas para os investimentos previstos e negociados neste período.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



Reuniões da CIM 2024

- **1ª Reunião ordinária de 29/04/2024** pelas 17h30 no Centro Cultural de Paredes de Coura.
- Foi feita a apreciação de assuntos de interesse da comunidade intermunicipal, da iniciativa dos membros da Assembleia.
- Apreciação da atividade intermunicipal.
- Apreciação e votação do relatório de Gestão e contas referente ao ano 2023.
- Apreciação e votação dos documentos da revisão ao orçamento de 2024, por incorporação dos saldos de gerência de 2023.
- Comemorações dos 15 anos da CIM Alto Minho (informação e ponto de situação do que foi feito ao longo destes anos) .
- **1ª Reunião extraordinária de 28/06/2024 pelas 18h00** – no Auditório da Villa Moraes em Ponte de Lima.
- Foi feita apreciação e votação do relatório de Gestão e contas consolidadas referente ao ano 2023.
- Foi aprovada a autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – caráter Plurianual, referente ao ano económico 2023
- **2ª Reunião extraordinária de 30/09/2024 pelas 18h30** – no Auditório da Villa Moraes em Ponte de Lima.
- Ponto único - eleição de secretariado executivo Intermunicipal, Primeiro secretário.
- **2ª Reunião ordinária de 09/12/2024 pelas 18h15** – no salão nobre dos paços do concelho do Município de Caminha
- Foi feita a apreciação de assuntos de interesse da comunidade intermunicipal, da iniciativa dos membros da Assembleia.
- Apreciação da atividade intermunicipal.
- Aprovação do quadro Plurianual de Programação orçamental e documentos Previsionais 2025 das grandes opções do plano e orçamento de 2025.
- Foi feita a apresentação de projetos de cooperação transfronteiriça Interreg VI –A Espanha-Portugal 2021-2027.

Alberto Leiras





Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arcos de Valdevez

Relatório de Atividades 2024

Constituição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Arcos de Valdevez – Comissão Restrita

Em 2024, a comissão restrita era composta pelas seguintes entidades:

Nº	Nome da Entidade
2	Município de Arcos de Valdevez
1	Segurança Social
1	Ministério da Saúde
1	Ministério da Educação
1	Guarda Nacional Republicana *
1	Representante das IPSS

* Sem representante desde junho de 2023

Volume processual

Segue-se uma descrição do volume processual referente a 2024.

- ***Nº de processos***

Nº Processos transitados de 2023	Nº de processos novos	Nº processos reabertos	Nº de transferências territoriais	total
57	36	6	3	102

- ***Balanço processual***

Nº Processos abertos	Nº de processos arquivados	Nº processos com medida de Promoção e Proteção	Nº de processos em fase de Avaliação Diagnóstica	Nº de processos ativos
102	32	29	41	70

Problemáticas

Problemática	Nº de processos
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança e/ou jovem (ex.: violência doméstica, consumo de álcool e estupefacientes)	61
A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (ex.: absentismo)	21
Negligência relativamente aos cuidados prestados (ex.: falta de supervisão e acompanhamento)	16
Outros comportamentos (ex.: aliciamento sexual)	0

Medidas de Promoção e Proteção

Medidas de Promoção e Proteção aplicadas em 2024:

- **Apoio junto dos pais** (executada em meio natural de vida) - aplicada em 27 processos;
- **Acolhimento Residencial** – 2 processos.

Atividades Desenvolvidas - 2024

Eixo 1 - Intervenção nas situações de risco/perigo

Atividades	Cronograma	Responsáveis	Destinatários
1.1 Receção de denúncias e instruir os processos	Ao longo do Ano	Comissão Restrita	Crianças e Jovens em perigo
1.2 Realização de reuniões da Comissão Restrita	Quinzenalmente	Presidente	Crianças e Jovens em perigo
1.3 Acompanhamento das crianças e/ou jovens sinalizados	Ao longo do Ano	Comissão Restrita / Gestor de Caso	Crianças e Jovens em perigo
1.4 Disponibilização os processos para fiscalização do Ministério Público	Ao longo do Ano	Comissão Restrita	Ministério Público; Crianças e Jovens em perigo
1.5 Articulação com entidades/serviços com vista a resolução dos problemas identificados no seio da família.	Ao longo do Ano	Comissão Restrita	Pais e/ou crianças/jovens sinalizados.

Eixo 2 - Potenciação a intervenção da CPCJ e articulação interinstitucional

Atividades	Cronograma	Responsáveis	Destinatários
2.1 Elaboração e aprovação do relatório e plano de atividades da CPCJ	Março	Presidente	Comissão Alargada
2.2 Promoção reuniões da comissão alargada	Março; maio; julho; outubro	Presidente	Comissão Alargada
2.3 Participação nas reuniões de trabalho distritais promovidas pela CNPDPCJ	Datas definidas pela CNPDPCJ	CNPDPCJ	Comissão Restrita
2.4 Participação em ações de formação promovidas pela CNPDPCJ	Datas definidas pela CNPDPCJ	CNPDPCJ	Comissão Restrita
2.5 Participação nas reuniões e atividades da Rede Social	Ao longo do Ano	Comissão Restrita	Comissão Restrita
2.6 Definição de estratégias de intervenção de situações de risco em articulação com os diretores de turma e Serviço de Psicologia	Janeira a junho e setembro a dezembro	Comissão Restrita	Crianças e Jovens
2.7 Articulação com entidades/serviços com vista a garantir o pleno exercício da cidadania das famílias acompanhadas;	Janeira a junho e setembro a dezembro	Comissão Restrita	Alunos do Agrupamento de escolas

Eixo 3 - Prevenção de situações de perigo para as crianças e jovens do concelho de Arcos de Valdevez

Atividades	Cronograma	Responsáveis	Destinatários
3.1 Realização de sessões de informação alusivas ao funcionamento da CPCJ/sistema de promoção e proteção	Setembro e outubro	Comissão alargada e restrita	Comunidade
3.2 Dinamização de uma sessão de informação intitulada "O papel do assistente operacional na defesa e proteção dos direitos das crianças e jovens"	Janeiro	Comissão alargada	Crianças, jovens e comunidade
3.3 Colaboração na implementação do Projeto "Sensacionalmente" - projeto da equipa de saúde escolar	Dezembro e junho	Comissão alargada	Crianças, jovens e comunidade



Eixo 4 - Promoção de campanhas de sensibilização

Atividades	Cronograma	Responsáveis	Destinatários
4.1 Hastear do laço azul e iluminação da fachada da Câmara Municipal no âmbito da Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância	Abril	Comissão alargada e restrita	Comunidade em geral
4.2 Distribuição de laços (PINS) pelas creches, jardins de infância e 1º ciclo que foram entregues aos docentes e pessoal auxiliar,	Abril	Comissão alargada e restrita	Comunidade escolar
4.3 Realização de uma ação de sensibilização alusiva à história do Laço Azul e colocação de fita azul, pelas crianças alvo da ação, no portão da escola	Abril	Comissão alargada e restrita	Alunos do 4º ano
4.4 Exposição de laço azul em local estratégico	Abril	Comissão alargada e restrita	Comunidade



Eixo 4 - Promoção de campanhas de sensibilização (continuação)

Atividades	Cronograma	Responsáveis	Destinatários
4.5 Promoção da Operação Azul em parceria com a GNR;	Abril	Comissão alargada e restrita	20 crianças e jovens
4.6 Elaboração de laços pelos jardins de Infância (JI) do concelho que foram entregues às instituições de apoio à pessoa idosa. As instituições comprometeram-se a afixá-los nas suas instalações, após serem entregues em cerimónias realizadas nos Jardins de Infância	Março e abril	Comissão alargada	525 Crianças e 30 idosos
4.7 Distribuição do "Calendário da família"	Junho	Comissão alargada	1000 crianças
4.8 Realização de ações de sensibilização sobre percursos de qualificação e procura ativa de emprego	Abril e maio	Comissão alargada	34 alunos/as do 12º ano da Epralima



Eixo 4 - Promoção de campanhas de sensibilização (continuação)

Atividades	Cronograma	Responsáveis	Destinatários
4.9 Realização de uma campanha de sensibilização "Joga e Muda o Jogo", alusiva à temática do bullying,	Outubro e novembro	Comissão alargada	Comunidade escolar
4.10 Dinamização de sessão de capacitação para pais e encarregados de educação alusiva ao tema "Bullying não tem Vez: O poder dos pais atentos"	Novembro	Comissão alargada	22 pais/encarregados/as de educação
4.11 Elaboração de um "Estendal dos Direitos das Crianças", pelas crianças dos jardins de infância do concelho, no âmbito da comemoração do Dia internacional da Convenção dos Direitos das crianças	Novembro	Comissão alargada	374 crianças
4.12 Dinamização da iniciativa "Desejos de Natal" - apadrinhamento de presentes de Natal a oferecer a crianças oriundas de famílias carenciadas	Dezembro	Comissão alargada	14 crianças



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. (s) Secretários
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exmo. (s) Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados,
Caros Colegas Presidentes de Junta,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,



1/2

Apresentação do Relatório das Atividades dos Membros Eleitos da Assembleia Municipal no ano de 2024.

Representante dos Presidentes de Junta:

12/02/2024: Particpei como membro do Júri do Concurso de Disfarces de Carnaval a convite da Associação Folia;

25/04/2024: Particpei nas Comemoração do 25 de Abril a convite da Câmara Municipal;

03/05/2024: Fui convidado para inauguração da Expovez 2024, no Centro de Exposições de Arcos de Valdevez;

11/07/2024: Particpei nas Comemorações do Dia do Concelho 2024 a convite da Câmara Municipal;

11/07/2024: Fui convidado para a inauguração das Obras de Ampliação do Heliporto de Arcos de Valdevez, presidida por Sua Exa. o Secretário de Estado da Proteção Civil;

24/10/2024: Particpei numa reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal em que o tema principal foi o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025, em particular os protocolos de apoio financeiro as Freguesias e os investimentos da Câmara Municipal nas Freguesias

18/11/2024: Fui convidado para uma sessão de assinatura de "Protocolos de Apoio ao Desenvolvimento Rural" em que foram assinados os seguintes protocolos:

1. Assinatura do Protocolo de Valorização dos Produtos Locais nas Refeições Escolares dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Valdevez;
2. Assinatura de Protocolo de Apoio para Fomento da Produção Pecuária no Concelho de Arcos de Valdevez;

- A27-2
2/2
3. Assinatura de Protocolo de Apoio às Obras de Remodelação das Instalações da Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca;
 4. Apresentação do "Livro Genealógico da Raça Garrana".

02/12/2024: Participei numa sessão presidida por sua Exa. o Ministro das Infraestruturas e Habitação no âmbito da Estratégia Local de Habitação de Arcos de Valdevez;

Comissão Consultiva da 2ª Revisão do PDM

No ano de 2024 não houve reuniões contudo o Senhor Presidente da Câmara Municipal foi informando do andamento dos trabalhos nomeadamente a realização de reuniões com as várias entidades envolvidas no processo por parte da Câmara Municipal.

Conselho Municipal de Educação:

15/05/2024: Por motivos profissionais não participei na reunião tendo-me feito representar pelo meu substituto Eugénio Fernandes.

Muito Obrigado

Alberto Faria



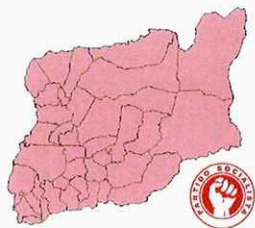
DECLARAÇÃO DE VOTO

PONTO 2 : APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DOS MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O grupo municipal do CDS/PP entende que os relatórios referentes às matérias do ponto 2, devem ser apresentadas por escrito a todos os membros desta assembleia municipal e com a antecedência de cinco dias úteis, conforme estipula o número 3 do art. 20 do Regimento da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez.

Arcos de Valdevez 05/03/2025

O Grupo Municipal do CDS/PP



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 3 – PROPOSTAS DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E DA 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2025

Analizamos agora a proposta da 1.ª alteração orçamental modificativa e 1.ª revisão ao plano plurianual de investimento para 2025.

Aprovados que estão os mapas de demonstração do desempenho orçamental referentes ao exercício de 2024, temos agora um saldo de gerência de 194.515,00 € para distribuir pelo orçamento de 2025.

Temos também uma receita adicional de 12.600,00 € de montantes restituídos, relativos a serviços de ampliação de ramais de distribuição de energia elétrica não realizados e a acertos de faturação da iluminação pública. Temos então um aumento de receita de 207.115,00 € para distribuir, que o executivo propões que seja integralmente afeto a inscrição de um novo projeto de investimento inscrito em PPI – a Aquisição de duas frações autónomas do Edifício do Restaurante e Cine Teatro Alameda.

Ponto prévio – a recuperação do Cine teatro Alameda sempre foi defendida e apoiada pelo Partido Socialista arcuense, pelo carater fundamental que este edifício pode trazer ao panorama cultural da nossa Vila, mas também pelo efeito estruturante e dinamizador que pode trazer ao lado oeste da Vila de Arcos de Valdevez, que se encontra mais esquecida. É também A preservação da memória de um espaço emblemático de convívio de muitas e várias gerações de arcuenses que faziam do Alameda o seu ponto de encontro.

Os custos com a aquisição das duas frações autónomas do Edifício do Restaurante e Cine Teatro Alameda, para este ano de 2025 é de 190.000,00 € pelo que, mesmo percebendo que se trata de um projeto plurianual, julgamos que se poderia ter inscrito para este ano o valor correto reforçando com os restantes 17.115,00€ outras rubricas que poderiam precisar desse reforço. Parece-nos despropositado não fazer esse acerto uma vez que em setembro teremos outro executivo que, com toda a certeza prosseguirá com o projeto e terá que apresentar novo PPI nessa data. O PS, dada a importância e relevância deste projeto, garante desde já a continuidade do mesmo caso venças as próximas eleições, como esperamos.

Uma nota final que temos de assinalar: Percebemos que os negócios têm tempos próprios. E que as iniciativas privadas - ou falta delas - não são sempre coincidentes e/ ou convergentes com a iniciativas e interesses públicos. O Alameda está à venda há algum tempo. Ninguém comprou.





Aprovamos um orçamento em Novembro - há 3 meses atrás - e este investimento não foi contemplado. Neste curto espaço de tempo, tomou-se a decisão política de comprar. Não por acaso tomou-se a decisão política de comprar... a seis meses de eleições autárquicas!

Repetimos: a compra do Alameda no seu todo é uma boa decisão política. Fica a dúvida se foi tomada no momento certo para o interesse público arcuense ou para o interesse político partidário eleitoral.

Por fim esclarecer que esta alteração surge na sequência de um orçamento que não aprovamos, pelo que sendo coerentes, e não obstante a concordância expressa com o investimento aqui anunciado, exerceremos o nosso voto pela abstenção política face ao documento global de que esta alteração emana.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 3 – PROPOSTAS DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E DA 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2025

Declaração de Voto

Ponto prévio – a recuperação do Cine teatro Alameda sempre foi defendida e apoiada pelo Partido Socialista arcuense, pelo carater fundamental que este edifício pode trazer ao panorama cultural da nossa Vila, mas também pelo efeito estruturante e dinamizador que pode trazer ao lado oeste da Vila de Arcos de Valdevez, que se encontra mais esquecida. É também A preservação da memória de um espaço emblemático de convívio de muitas e várias gerações de arcuenses que faziam do Alameda o seu ponto de encontro.

Percebemos que os negócios têm tempos próprios. E que as iniciativas privadas - ou falta delas - não são sempre coincidentes e/ ou convergentes com a iniciativas e interesses públicos. O Alameda está à venda há algum tempo. Ninguém comprou.

Aprovamos um orçamento em Novembro - há 3 meses atrás - e este investimento não foi contemplado. Neste curto espaço de tempo, tomou-se a decisão política de comprar. Não por acaso tomou-se a decisão política de comprar... a seis meses de eleições autárquicas!

Repetimos: a compra do Alameda no seu todo é uma boa decisão política. Fica a dúvida se foi tomada no momento certo para o interesse público arcuense ou para o interesse político partidário eleitoral.

O grupo Municipal do Partido Socialista em coerência, uma vez que esta alteração orçamental surge na sequência de um orçamento que não aprovamos, não obstante a concordância expressa com o investimento a que se refere a mesma, exercemos o nosso voto pela abstenção política face ao documento global de que esta alteração emana.

Arcos de Valdevez, 03 de março de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



429

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**

AQUISIÇÃO CAFÉ/RESTAURANTE ALAMEDA

Depois de aprovada a abertura do concurso público para a recuperação do Cineteatro Alameda, projeto já com candidatura a financiamento comunitário, o Município de Arcos de Valdevez, concluiu o processo de negociação com os anteriores proprietários e fechou finalmente a aquisição da restante área junto ao edifício, ou seja, as frações A e C adstritas ao Café e Restaurante Alameda, pelo valor de 565 mil euros.

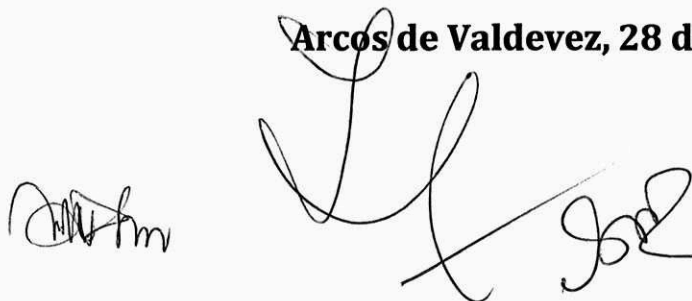
Considerando o projeto já aprovado para a recuperação do Cineteatro Alameda, a aquisição da restante área do edifício, também passa por dar mais dimensão a este novo equipamento cultural, que se irá situar numa zona emblemática do nosso concelho.

Este investimento visa reforçar a qualidade e o incremento das condições para a realização das diversas atividades culturais municipais, bem como a atratividade económica, cultural e social desta zona do concelho. De assinalar que este investimento vem dinamizar e fortalecer a rede de equipamentos culturais já existentes no nosso concelho.

Com a conclusão das obras de recuperação de todo o edifício, a Autarquia pretende devolver o edifício do Cineteatro Alameda aos arcuenses e visitantes, reforçando a oferta cultural e recuperando um local de significativo valor histórico e cultural para o concelho e para os arcuenses.

Neste sentido o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente a presente proposta considerando a relevância deste investimento no panorama cultural e urbanístico de Arcos de Valdevez.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 5 – PROTOCOLOS DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DE ABOIM DAS CHOÇAS, AGUIÃ, ÁZERE, CABANA MAIOR, CABREIRO, CENDUFE, COUTO, GAVIEIRA, GONDORIZ, JOLDA (S. PAIO), MIRANDA, MONTE REDONDO, OLIVEIRA, PAÇÔ, PADROSO, PROZELO, RIO DE MOINHOS, RIO FRIO, SABADIM, SISTELO, SOAJO E VALE, E UNIÕES DE FREGUESIAS DE ÁLVORA E LOUREDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ (S. PAIO) E GIELA, DE ARCOS DE VALDEVEZ (SALVADOR), VILA FONCHE E PARADA, DE EIRAS E MEI, DE GRADE E CARRALCOVA, DE GUILHADESES E SANTAR, DE PADREIRO (SALVADOR E SANTA CRISTINA), DE PORTELA E EXTREMO, DE SÃO JORGE E ERMELO, DE SOUTO E TABAÇÔ, DE TÁVORA (SANTA MARIA E S. VICENTE) E DE VILELA, S. COSME E S. DAMIÃO E SÁ

Este tema já foi sobejamente escalpelizado por esta Assembleia Municipal, sendo as posições e argumentos de todos mais que conhecidos.

Saudamos e destacamos com esta nota o facto de 34 das 36 Freguesias do concelho terem conseguido apresentar nesta Assembleia Municipal o seu pedido de apoio no âmbito deste protocolo, ficando apenas a faltar a Freguesia de Senharei e a União das Freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão.

Parece-nos este ser o caminho correto para este género de protocolo de apoio à atividade das Juntas de Freguesia. Com os orçamentos e Planos Plurianuais aprovados em todas freguesias e com este envelope financeiro aprovado no início do ano estão todas as freguesias que hoje apreciamos em condições de implementar sem qualquer tipo de restrições as suas ideias e projetos nas suas Freguesias.

Salientamos que todas as freguesias são apoiadas pelo mesmo valor, 37.271,00 € independentemente de apresentarem um pedido de apoio baseado em obras ou atividades no valor de 40.000,00 €, 80.000,00 € ou 120.000,00 €. Não podemos deixar de fechar este tema sem reforçar aquilo que sempre afirmamos e que estes dados reforçam – tratar o que não é igual por igual não é equidade nem promoção de coesão territorial.

Votaremos favoravelmente todas as propostas de protocolo hoje aqui apresentadas deixando mais uma vez a promessa de que esta será uma medida totalmente reformulada com o PS a gerir a autarquia. *Municipal.*

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

Jorge Basso



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. (s) Secretários
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exmo.(s) Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados,
Caros Colegas Presidentes de Junta,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Sabemos todos que as freguesias desempenham um papel central na vida das nossas comunidades. Somos nós, enquanto órgãos de proximidade, quem lida diariamente com as preocupações e aspirações dos cidadãos. É nas freguesias que tudo começa, seja na manutenção dos espaços públicos, no apoio às famílias em momentos de maior dificuldade, ou na organização de iniciativas culturais, desportivas e sociais que dão vida às nossas terras.

Porém, as freguesias enfrentam desafios crescentes, seja pela escassez de recursos financeiros ou pela necessidade de responder a uma diversidade cada vez maior de solicitações. É nesse contexto que a colaboração com a Câmara Municipal tem revelado a sua importância crucial.

Gostaria de destacar, em primeiro lugar, **os protocolos de apoio financeiro celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.** Esses instrumentos têm permitido que as freguesias tenham condições de executar muitas das suas competências com mais eficácia. Desde a limpeza de vias públicas, à manutenção de espaços verdes, à reabilitação de infraestruturas locais, os recursos que nos têm sido atribuídos demonstram um verdadeiro compromisso com a descentralização e com a valorização das freguesias como pilares essenciais do desenvolvimento local.

Os resultados são visíveis: conseguimos responder de forma mais célere às necessidades da população e aumentar a qualidade de vida nos nossos territórios. Mais importante ainda, esses apoios representam um reconhecimento do trabalho que desenvolvemos enquanto autarcas de proximidade, conferindo-nos os meios necessários para continuar a servir os nossos cidadãos.

Permitam-me também destacar as **obras realizadas diretamente pela Câmara Municipal nas freguesias.** Estas intervenções são de grande significado para as populações e têm um impacto direto no bem-estar das comunidades. Seja através da reabilitação de estradas, da melhoria de equipamentos escolares, ou da construção de infraestruturas desportivas e culturais, estas obras são um sinal claro de que a

A3A-1

 1/2

Câmara Municipal reconhece a importância de um desenvolvimento territorial equilibrado.

Não posso deixar de mencionar que, ao trabalharmos juntos – Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e outros parceiros locais, conseguimos ultrapassar as barreiras que muitas vezes nos limitam quando atuamos isoladamente. Este modelo de cooperação é um exemplo de como o poder local pode ser eficaz e próximo das pessoas, reforçando a confiança na democracia e no trabalho das autarquias.

Contudo, este é também um momento para refletirmos sobre o futuro. Reconhecendo os avanços já alcançados, é essencial que esta colaboração continue a evoluir e a fortalecer-se. As necessidades das freguesias são dinâmicas, e os desafios do mundo moderno exigem que tenhamos visão estratégica e capacidade de adaptação.

Para concluir, quero realçar os apoios crescentes que a Câmara Municipal tem desenvolvido ao longo dos anos com está refletido nestes protocolos, que tem um aumento financeiro de 7,5% na sua globalidade.

Juntos, com diálogo e colaboração, podemos continuar a construir comunidades mais fortes, mais coesas e mais preparadas para enfrentar os desafios do futuro. A nossa missão é coletiva, e o sucesso de cada freguesia reflete-se no sucesso do nosso município como um todo.

Muito obrigado.

Alberto Faria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

28FEV2025

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO 5 - PROTOCOLO DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.

DECLARAÇÃO DE VOTO – FAVORÁVEL

A Junta de Freguesia União de Freguesias AV Salvador, Vila Fonche e Parada, solicita um apoio financeiro no valor de 53.975,00€ + IVA, para Gestão Informática dos Cemitérios, Manutenção e Reparação de Pavimentação e Obras em Diversas Artérias e Locais da Freguesia, Pavimentação do Recanto entre Vinhas e Recanto das Pombeiras na zona de Parada, Alargamento e Pavimentação do Recanto da Tomada e Limpeza de caminhos vicinais e outros espaços;

1 – Considerando que os Vereadores do Partido Socialista e os Deputados Municipais do Partido Socialista durante este mandato (2021-2025) sempre **VOTARAM CONTRA** ou **ABSTIVERAM-SE** a este apoio da Câmara Municipal, numa clara demonstração de obstaculizar e prejudicar não só a Freguesia, mas também todos os nossos concidadãos e muito em particular os que os elegeram;

2 – Considerando que os elementos eleitos pelo Partido Socialista, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, alteraram agora a sua Votação, votando FAVORAVELMENTE este protocolo, pretendendo dizer que puseram a mão na consciência e lembraram-se que este é um ano de eleições Autárquicas.

3 – Considerando que existiu também durante este mandato, Votos Contra do Srº Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta. Maria e S. Vicente, Srº António Maria de Sousa, que apesar das críticas que faz à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez pelo insignificante e pequeno apoio financeiro às Juntas de Freguesia nestes protocolos, não se inibe e sem qualquer fundamento Vota agora FAVORAVELMENTE este apoio a esta União de Freguesias de AV Salvador, Vila Fonche e Parada, numa tentativa de apagar o mal que sempre quis fazer;

Assim sendo e tendo em conta o acima exposto e sempre foi regra da minha parte, não criar obstáculos ao normal funcionamento das juntas de freguesia e acreditar no seu órgão fiscalizador, VOTEI FAVORAVELMENTE ao apoio financeiro agora apresentado.

Arcos de Valdevez, 04 de março de 2025

**O PRESIDENTE DA JUNTA
U.F. AV SALVADOR, VILA FONCHE E PARADA**



Rui Fernando Gonçalves Aguiam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DE 28 fevereiro de 2025



**PONTO 6 PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A
 CELEBRAR COM A FREGUESIA DO SOAJO RELATIVO
 A SAPADORES FLORESTAIS 2025**

Sr. Presidente da Mesa, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

PROPOSTA

O presente protocolo estabelecido entre a câmara Municipal de Arcos de Valdevez e a Junta de Freguesia do Soajo, e que é submetido à aprovação desta assembleia Municipal visa transferir uma verba de apoio à Junta de Freguesia do Soajo para a criação de uma equipa de sapadores e equipamentos que visa a prevenção de incêndios e a limpeza de caminhos municipais e vicinais e que envolve três entidades: Câmara municipal, junta de freguesia do Soajo e *a Comunidade Local dos Baldios freguesia Soajo*.

Contudo não especifica a fundamentação do valor a transferir que calculamos será para pagamento de salários, compra e manutenção de equipamento. Pergunta-se quantos sapadores florestais estão previstos, as despesas associadas e que equipamento se prevê comprar.

Também referir que não estão presentes na presente ordem de trabalhos o mapa a que se refere a cláusula primeira do protocolo já referido.

Por último não se percebe porque é que na cláusula 2, que diz “ em articulação com a Comunidade Local dos Baldios da Freguesia do Soajo”.

A proposta apresentada pelo vereador do Pelouro ao executivo camarário a 13 fevereiro de 2025 refere “na sequência dos protocolos estabelecidos com as Associações Florestal Atlântica, a Associação florestal do Lima e as Assembleias de Compartes dos Baldios freguesias de Cabreiro e Gavieira”.

Ora é nosso entendimento que o protocolo deve ser realizado com a Junta de freguesia do Soajo e deve ser retirado do texto a “articulação com a Comunidade Local dos Baldios da Freguesia do Soajo” porque não faz sentido incluir esta Associação que tem autonomia em relação à Junta de Freguesia do Soajo.

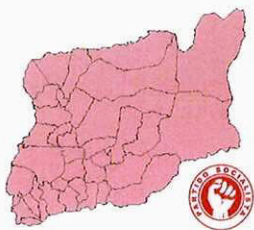
PROPÕE-SE

frase
 1 - Que se retire na cláusula 2 a articulação com a com a Comunidade Local dos Baldios da Freguesia do Soajo.

2 - *que se apresente o mapa dos caminhos intermunicipais.*

Arcos de Valdevez 28 fevereiro de 2025

O Grupo Municipal do CDS/PP



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 6 – Protocolo de colaboração a celebrar com a freguesia de Soajo relativo a sapadores florestais 2025

O Decreto-Lei n.º 10/2025, de 19 de fevereiro, que Altera o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais, às equipas e às brigadas de sapadores florestais no território continental português e estabelece os apoios públicos de que estas podem beneficiar, define a função de sapador florestal como um trabalhador especializado com perfil e formação específica adequados ao exercício das funções de gestão florestal e de defesa da floresta.

Um cantoneiro é uma pessoa responsável pela manutenção de uma rede de estradas numa dada região (ou cantão de onde a palavra deriva). A manutenção das vias focava-se na qualidade do piso alcatroado, sinalização relativa ao código da estrada e na limpeza das bermas.

No artigo primeiro do protocolo de colaboração relativo a sapadores florestais (2025) que hoje iremos analisar para a freguesia de Soajo, podemos ler a lista de funções previstas no âmbito deste protocolo, sendo várias afetas corretamente a gestão florestal e de defesa da floresta, terminando a lista com a “limpeza das estradas e caminhos municipais assinalados nos mapas em anexo.” – 40 km limpas 2 x por ano, como podemos ler mais a frente

Para além dessas funções na quinta clausula ainda podemos ler que esta equipa de sapadores florestais ainda tem como incumbência ao abrigo deste protocolo funções de proteção civil, como responder a situações como quedas de árvores, pequenos deslizamentos de terras, entre outras situações assim como proceder ao espalhamento de sal na rede viária quando solicitados pelo serviço de proteção civil municipal.

Por fim, funções de recolha de cadáveres de animais para a qual recentemente o executivo municipal aprovou um protocolo com outra entidade.

Que não fiquem dúvidas algumas a esta Assembleia - as equipas de sapadores florestais apenas a Associação Florestal Atlântica e a Associação Florestal do Lima e às Assembleias de Compartes dos Baldios de Cabreiro, Gavieira e Soajo são necessárias e escassas tendo em conta a dimensão do trabalho efetivo de sapa que tem no concelho e nas áreas a que estão afetas.





Agora, não entendemos, nem compreendemos este modelo de financiamento municipal a estas equipas de silvicultura preventiva, fundamentais na gestão dos nossos povoamentos florestais e na prevenção e defesa da floresta contra incêndios rurais. Com este conjunto tão alargado de tarefas e responsabilidades, que tempo têm estas equipas efetivamente para realizar os trabalhos para os quais são efetivamente constituídas e formadas?!

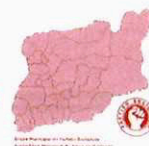
O grupo Municipal do Partido Socialista irá votar favoravelmente este protocolo, de forma a não discriminar negativamente a Freguesia de Soajo, uma vez que já se aprovaram anteriormente os protocolos para as outras Freguesias, na certeza e garantia de que tem que se alterar este modelo de financiamento das equipas e brigadas de sapadores florestais de todo o concelho.

Trabalho de sapador florestal não pode ser confundido como pronto socorro disponível para tudo o que der e vier. Sapador não é cantoneiro!

Urge deixar isto claro sobre pena de, se nada se fizer, continuarmos a surgir ano após ano na lista dos concelhos de Portugal com mais incêndios rurais.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



DECLARAÇÃO DE VOTO

PONTO 6 : PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE SOAJO RELATIVO A SAPADORES FLORESTAIS

Entende o grupo municipal do CDS/PP que o protocolo a celebrar com a freguesia do Soajo relativo a sapadores florestais, deve ser realizado com uma só entidade, porque tanto a Junta de freguesia do Soajo como a Comunidade Local dos baldios da freguesia do Soajo, são autónomas e com competência sobre a matéria.

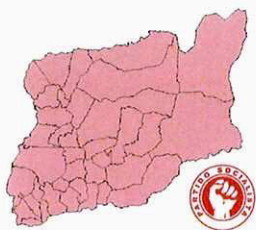
Também entendemos que a não entrega a esta assembleia do mapa dos caminhos a intervencionar, é uma omissão que não permite uma votação em conformidade.

Arcos de Valdevez 5/03/2025

O Grupo Municipal do CDS/PP

Arcos de Valdevez 05/03/2025

O Grupo Municipal do CDS/PP



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 7 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE SERVIÇO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

O regulamento que hoje aqui apreciamos resulta da transposição e adaptação da actual legislação ao regulamento que se encontrava em vigor desde 2007, e que regulamenta a recolha e transporte do sistema de gestão de resíduos urbanos e a higiene e limpeza urbana.

Em termos jurídicos e técnicos não temos dúvidas da validade do documento dado o parecer favorável da ERSAR – Entidade Reguladora dos serviços de água e resíduos, incluindo as correções e esclarecimentos prestados pelos serviços.

No entanto, a leitura atenta do documento leva-nos a questionar por exemplo:

O artigo 62.^a - Sistema PAYT – Pay-as-you-throw, basicamente, paga o que atirares – uma medida de utilizador pagador. Compreendendo plenamente a ideia, parece-nos de elevado grau de aplicação num sistema que se pretende tendencialmente universal e acessível economicamente a todos os utilizadores domésticos, como podemos entender da leitura do Artigo 8.^a do regulamento. Basicamente estaremos a falar de um sistema em que o utilizador paga de acordo com a quantidade de lixo que recicla e a quantidade de lixo que não recicla. Facilmente perceberão que estes equipamentos de recolha de lixo que permitem esse tipo de pesagem e de associação com um utilizador não são baratos e não irão ser instalados em todo o concelho, como se depreende da leitura do ponto 4 do artigo 62.^o, ferindo assim a universalidade do serviço.

Por outro lado, esses sistemas são muito frágeis e danificam-se muito facilmente sendo discutível esta opção.

Numa relação custo benefício seria muito mais interessante a colocação de “moloks” nas freguesias, aumentando esse serviço para fora do centro urbano, como sempre defendemos. Mas há outras soluções a pensar e que já foram testadas em outros municípios:

- Recolha Porta-a-Porta com Sacos Específicos, em Torres Vedras e Matosinhos,
- Sistema de Bónus-Malus em Évora e Coimbra,
- Compostagem Comunitária em Montemor-o-Novo e Sintra,
- Sistema Híbrido de Ecopontos Inteligentes, em Braga e Aveiro,
- Centros de Reciclagem com Incentivos Oeiras e Vila Nova de Gaia, ou ainda
- Sistemas de Recolha Seletiva de Orgânicos no Porto e Almada, são alternativas que têm a vantagem de, geralmente, requererem menor investimento inicial, serem mais fáceis de implementar universalmente e enfrentarem menor resistência da população, e ainda promovem melhores práticas de gestão de resíduos.





Preocupa-nos também a questão, já várias vezes referida, do aumento do custo de deposição por metro cúbico em aterro, que certamente reverterá para os consumidores finais de forma a diminuir o défice tarifário que o município irá ter nos próximos anos nessa prestação de serviços. Recordamos que a última vez que se discutiu nesta Assembleia Municipal questões relacionadas com défices tarifários de um serviço universal, apareceu uma ADAM.

Por fim, e percebendo que o município tem feito uma forte aposta comunicacional e de educação ambiental no que à seleção e reciclagem de resíduos diz respeito, assinalamos a falta de coerência da mesma na prática institucional. É que na realização de eventos e atividades da responsabilidade do Município - quer por promoção própria ou protocolada - não se promove essa separação e reciclagem dos lixos. O primeiro passo para a implementação de uma estratégia é ser se consequente e coerente com a mesma, sob pena de parecermos Frei Tomás: olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço!

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

lilias /





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 8 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL E MERCADO DE PRODUTORES LOCAIS DE ARCOS DE VALDEVEZ

O mercado municipal e mercado local de produtores é, efetivamente, como podemos ler na nota introdutória do regulamento que hoje aqui apreciamos, uma ferramenta potenciadora e estimuladora da economia local, que tem a capacidade de promover os produtores, os consumidores, o ambiente e a economia local.

Não concordamos de todo com a afirmação que o mercado funciona como promotor de uma maior interação entre as comunidades rurais e urbanas. Podendo ser verdade em cidades de grande dimensão, aplicar essa frase numa nota introdutória de um regulamento de um mercado em Arcos de Valdevez é, no mínimo, discutível por não estarmos num concelho visivelmente marcado por essa dicotomia.

Já aqui abordámos, nesta Assembleia, a importância de se olhar para a questão da prevenção dos fogos rurais de forma holística, devendo toda a estratégia de desenvolvimento do concelho estar envolvida nessa questão. Pois bem, facilmente se entenderá que a dinamização do mercado é parte integrante dessa estratégia por toda a dinâmica que pode trazer ao setor agrícola e agropecuário e consequentemente, a preservação de solos ocupados e trabalhados, diminuindo assim o abandono de áreas e o risco de incêndio rural.

Este regulamento debruça-se e regulamenta no seu artigo 7.º sobre os produtos que podem ser comercializados no mercado assim como sobre os serviços que podem ser prestados no mesmo, limitando a questão à sua salubridade, incomodo, perigo ou toxicidade. Diz ainda que os mesmos devem devidamente enquadrados nos objetivos do mercado municipal e na atividade do requerente devendo ser expressamente autorizados pela Câmara Municipal. Fica-nos a dúvida se este regulamento se irá aplicar apenas a partir da sua aprovação, pois temos algumas dúvidas sobre o enquadramento de alguns dos serviços lá existentes à luz destes critérios.

De salientar o espaço denominado de “Esplanadas do Vez” que efetivamente veio rejuvenescer e tornar mais atrativo o mercado trazendo lhe mais vida e atividade. No regime jurídico aplicado aos mercados locais de produtores enunciado nas leis habilitantes deste regulamento, é definido como mercado local de produtores, o espaço público ou privado, de acesso público, destinado aos produtores locais agrícolas, pecuários, agroalimentares e artesãos, com a atividade devidamente licenciada ou registada, para venda dos seus produtos.





Poderíamos e deveríamos ter ido mais além na regulamentação dos produtos a serem utilizados pelos estabelecimentos que se encontram a funcionar nas Esplanadas do Vez, visando a utilização preferencial por produtos locais, numa estratégia de quilómetro zero e de defesa do produtor local e de escoamento de produto. Gerar a procura para dinamizar a oferta.

Aí sim, é oportuno olhar para as experiências de concelhos mais urbanos que já implementaram ações de marketing e estratégias de dinamização dos seus mercados que podem servir de exemplos a aprofundar na nossa realidade. Um fim de semana de vinhos do concelho, dos produtores locais, a quinzena da cachena ou do feijão terrestre. A laranja de Ermelo, entre tantos outros exemplos de dinamização do espaço, associando pequenos apontamentos musicais ou artísticos e que levam toda a população a visitar o espaço, a conhecer a valência, a riqueza e diversidade dos produtos. Ou por exemplo os produtos “Terras do Vez” cujo regulamento aqui aprovamos em 2021. Seria também interessante termos um balanço do conjunto de produtos que compõem esta marca de produtos endógenos e o seu impacto na economia local.

Por fim, foi muitas vezes abordado e aventada a hipótese de aí criar um espaço de coworking, para quem aí quisesse ou necessitasse de desenvolver uma reunião de trabalho, ou a sua atividade temporária. Não vemos uma única referência a este espaço no regulamento pelo que nos questionamos se esta ideia foi posta de parte.

Em suma, o regulamento apesar de conter algumas falhas, alguns clausulados de difícil aplicação à realidade existente e afirmações no mínimo discutíveis parece-nos na generalidade coerente.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

Ana Defante Gus



GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ



O Município de Arcos de Valdevez, em recente reunião do executivo municipal decidiu, dar seguimento a uma velha aspiração dos bombeiros voluntários de Arcos de Valdevez, aprovando uma série de benefícios que assim vêm colmatar um desejo merecido por estes homens e mulheres, que são credores do nosso reconhecimento pelo abnegado trabalho de servir a comunidade.

A crescente responsabilidade social e legal que, cada vez mais necessárias, as entidades concelhias estão sujeitas, levou a que o executivo de Arcos de Valdevez ponderasse os custos e benefícios resultantes desta tomada de decisão e, assim, aprovasse o respectivo regulamento onde, efectivamente constam, as concessões que irão beneficiar os Bombeiros Voluntários.

A complexidade de uma decisão com esta amplitude, obrigou a um trabalho consciente entre as entidades interessadas e finalmente o beneplácito teve um final feliz.

O regulamento aplica-se a todos os membros do corpo de bombeiros que, obviamente, preencham os requisitos do mesmo.

No artigo 6º do regulamento constam os benefícios que aqui não vou dissecar, pela imensa quantidade e abrangência. Contudo, uma referência ao facto de os Bombeiros Voluntários a partir desta resolução, poderem usufruir de uma redução de 50% de todas as taxas referentes a operações urbanísticas para habitação própria e permanente, bem como a redução de 50% de pagamento da taxa de IMI e IMT.

Sendo assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem, desta forma, congratular o executivo municipal pela aprovação do acto e por finalmente concretizar, uma aspiração merecida pelos homens e mulheres que são parte integrante do corpo de bombeiros de Arcos de Valdevez.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

Ponto 10 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Diretivo Cinegético Municipal

Relativamente a este assunto, andou bem o executivo municipal ao acolher a sugestão dos vereadores socialistas e acrescentar um representante dos baldios neste órgão, dado as Assembleias de Compartes representarem a maior área dedicada a caça do concelho.

Não nos parece, no entanto, que a sete meses do fim do mandato autárquico eleger um representante das Freguesias para um mandato de 4 anos seja efetivamente uma boa prática.

Percebemos que a criação do órgão é fundamental, e daí apresentarmos um nome candidato a esta eleição. No entanto não podemos deixar de salientar que a lei que cria estes conselhos é de 2004, sendo a última alteração à lei de agosto de 2018, sendo por isso mais que tardia a sua criação no nosso concelho o que registamos e lamentamos.

Parecia-nos mais curial e democraticamente mais correcto agendar esta eleição para o início do novo mandato autárquico uma vez que a designação que hoje venha ser feita poderá não ter, no final do ano e nos próximos três anos, a representatividade que hoje se procura assegurar face ao acto eleitoral que se aproxima.

Ainda assim, e uma vez que está inscrita na ordem de trabalhos e entendemos poder apresentar uma excelente representante, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia que aprove o nome da Presidente de Junta de Freguesia de Rio Frio, Andreia Caldas Pinto como representante das Freguesias no Concelho Diretivo Cinegético Municipal, apresentando como seu suplente o Sr. Pedro Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Jolda São Paio.

Não é de facto essencial para o Concelho Diretivo Cinegético Municipal que o representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia tenha que ser caçador. Dinamismo, vontade de trabalhar, de colaborar em equipa, sem visões previamente condicionadas ou enviesadas podem efetivamente ser bem mais interessantes para integrar este órgão. A Andreia tem essas características e gere por delegação de competências um baldio com uma vasta área de caça. Parece-nos por isso uma excelente opção para este órgão.

Assim o entenda a Assembleia Municipal hoje aqui reunida.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

DINA TARA LIXA DE SOUSA





A

Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 28 de fevereiro de 2025

**Ponto 10 – Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Diretivo
Cinegético Municipal**

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe assim a esta Assembleia que aprove o nome da Presidente de Junta de Freguesia de Rio Frio, **Andreia Caldas Pinto** como representante das Freguesias no Concelho Diretivo Cinegético Municipal, e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Jolda São Paio, **Sr. Pedro Alves** como seu suplente.

Arcos de Valdevez, 28 de fevereiro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

lih ✓



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. (s) Secretários
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exmo. (s) Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados,
Caros Colegas Presidentes de Junta,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Proposta de Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Integrar o Conselho
Cinegético Municipal.

Proponho para integrar o Conselho Cinegético Municipal os seguintes Presidentes de Junta:

Efetivo

- Sérgio Paulo Dias Rodrigues – Presidente da Junta da Freguesia de Sistelo

Suplente:

- Horácio da Costa Cerqueira – Presidente da Junta da União das Freguesias de São Jorge e Ermelo

Trata-se de Presidentes de Junta experientes e conhecedores das matérias a tratar no Conselho
Cinegético Municipal.

Muito Obrigado

Alberto Faria

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Caros Membros da
Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores,**



Venho hoje trazer a esta Assembleia duas questões de grande importância para os residentes da Quinta de Souto, na freguesia de Paçô, que carecem de atenção e solução urgente por parte do Executivo Municipal.

1. Reposição do Parque Infantil da Quinta de Souto

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar a preocupação dos moradores relativamente à retirada do parque infantil da Quinta de Souto. Este equipamento desempenhava um papel fundamental na vida das crianças e das famílias residentes na zona, sendo um espaço de convívio, lazer e desenvolvimento para os mais pequenos.

A sua remoção deixou um vazio significativo, privando as crianças de um local seguro e adequado para brincar e interagir. Sabemos que a existência de parques infantis contribui para a qualidade de vida das famílias, promovendo a atividade física e o bem-estar das crianças, assim como o fortalecimento do sentido de comunidade entre os moradores.

Sendo o parque infantil uma estrutura contemplada no projeto inicial do loteamento, esperamos que esta remoção não seja o início de uma qualquer alteração ao projeto inicial. Os moradores devem ser sempre ouvidos, pois foram eles que investiram nos lotes, o preço pago pelos mesmos, contemplava algumas estruturas, das quais fazia parte o parque infantil.

Questionamos para quando está prevista a sua reposição. Urge dar uma resposta concreta a esta situação, de modo a garantir que as crianças da Quinta de Souto tenham acesso a um espaço de lazer digno e seguro.

2. Horários de Funcionamento da Iluminação Pública

A segunda questão que aqui trago diz respeito ao funcionamento da iluminação pública, nomeadamente os horários, principalmente durante o período de inverno.

Muitos residentes da Quinta de Souto têm expressado preocupações sobre o facto de a iluminação pública permanecer desligada em horários em que já se verifica escuridão, comprometendo a segurança dos peões e automobilistas. A falta de iluminação adequada representa um risco acrescido para os munícipes, sobretudo para quem necessita de circular a pé, inclusive tocam às campanhas durante a noite, após a luz ser desligada.

Nesse sentido, questionamos a Câmara Municipal sobre quais os critérios utilizados para definir os horários de funcionamento da iluminação pública e se existe possibilidade de ajustá-los, sobretudo no inverno, de modo a garantir uma maior segurança para todos.

As duas questões que aqui apresentamos têm um impacto direto na qualidade de vida e segurança dos Residentes na Quinta de Souto. Assim, apelamos ao Executivo Municipal para que tome as medidas necessárias com vista à reposição do parque infantil da Quinta de

Souto e a uma revisão dos horários da iluminação pública, especialmente nos meses de inverno.

Aguardamos com expectativa as respostas do Executivo Municipal e, mais importante ainda, a adoção de soluções concretas para estas situações.

Muito obrigado pela atenção.

OS HOMAGENS DA QUINTA DO SOUTO - PAÇO ANTONIO VALDEVEZ
Liliana Alexandrine Araújo Fernandes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Hoje, ergo a minha voz contra um erro irreversível já cometido: a implementação do projeto "Rede de Muita Alta Tensão Dupla Ponte de Lima - Fonte Fria, Troço Português, a 400 kV". Quero acreditar que esta Assembleia Municipal, assim como todos os representantes do povo arcuense aqui presentes, e a Câmara Municipal, partilham o mesmo sentimento que detenho, que é de profunda tristeza perante um projeto que só nos prejudicará em diversos setores.

Ergo a minha voz, não como partidária, mas como cidadã arcuense, movida pelo amor à minha terra, às minhas origens, e fundamentada no respeito pelas minhas convicções. O que nos une é a defesa intransigente dos interesses da nossa região, independentemente das ideologias partidárias, e é com esse compromisso que me coloco em frente a este órgão, em oposição ao erro cometido pelas autoridades competentes, nomeadamente pela Ministra do Ambiente.

Importa esclarecer que, ao contrário do que foi afirmado pela senhora Ministra, este projeto não é um projeto comunitário, mas sim nacional. Esta informação é claramente evidenciada no relatório da avaliação de impacto ambiental, que, ao contrário do que foi dito, não pode ser desconsiderada. Para quem compreende a realidade da construção de projetos dentro da União Europeia, sabe que o setor da energia, este inserido num modelo de cogestão entre a União Europeia e os Estados-Membros.

A UE promove o Mercado Único da Energia, mas cada Estado-Membro tem a responsabilidade de traçar o seu plano de ação, alinhado com as metas ambientais do Pacto Verde Europeu.

Um dos principais objetivos do Pacto Verde é a transição para a energia limpa e a independência energética, com metas concretas, como o objetivo de atingir 42% de energias renováveis até 2030. No entanto, este projeto de infraestrutura de muito alta tensão está em total desacordo com essas metas, violando os compromissos ambientais assumidos por Portugal perante a União Europeia, que passo a expor.

Este projeto está incluído no Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte (PDIRT) 2016-2025 e atravessa zonas protegidas, incluindo áreas da Rede Natura 2000. A ministra referiu apenas a minimização do impacto no Parque Nacional da Peneda-Gerês, mas se o projeto afeta áreas da Rede Natura 2000, ele requer uma Avaliação de Impacto Ambiental específica para essas áreas, conforme estipulado pelo Decreto-Lei n.º 140/99. Esta avaliação não consta no processo e, portanto, o projeto não cumpre as exigências legais.

Além disso, o projeto vai contra os princípios da Estratégia da Biodiversidade da União Europeia para 2030, que visa preservar áreas protegidas e restaurar os ecossistemas afetados pela intervenção humana. A União Europeia exige que os Estados-Membros cumpram as suas diretivas ambientais, incluindo a Diretiva Habitats e a Diretiva Aves. Portugal falhou em respeitar essas diretivas, ignorou a ciência e violou os compromissos internacionais que assinou. A consequência será a degradação de ecossistemas vitais e o declínio da biodiversidade, algo que jurámos proteger.

Em relação à agricultura, este projeto entra em conflito direto com as políticas que até agora promovem a sustentabilidade agrícola, a valorização da agricultura regional e a preservação do nosso património genético e cultural, como é o caso da raça Cachena autóctone da Reserva Mundial da Biosfera. Mas a questão vai além disso. A nossa agricultura não é apenas uma atividade económica: é a nossa identidade, a nossa bandeira regional, um reflexo das nossas raízes e do nosso modo de vida. O nosso território tem sido um exemplo de resistência e inovação no setor agrícola, mantendo práticas tradicionais e sustentáveis que garantem a qualidade dos nossos produtos e a preservação dos nossos recursos naturais. Destruir esta base significa comprometer a nossa identidade e hipotecar o futuro das novas gerações.

Os impactos negativos deste projeto contrariam os objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, que promove a sustentabilidade agrícola e a proteção dos recursos naturais. Em consequência, Portugal poderá entrar em conflito com os financiamentos comunitários, o que coloca em risco subsídios essenciais para a sobrevivência dos pequenos e médios agricultores. Estaremos a comprometer não apenas a economia rural, mas a própria imagem do nosso território, que tem na agricultura e na valorização dos seus produtos autênticos um dos seus maiores trunfos.

Portanto, permitimos que um dos maiores tesouros ecológicos de Portugal seja comprometido por interesses económicos, sem qualquer responsabilidade ambiental. A este ponto, nem mesmo o impacto sobre a saúde pública pode ser ignorado, pois os interesses económicos dos grandes grupos energéticos, únicos beneficiários deste projeto, prevalecem sobre o maior bem da humanidade: a nossa saúde.

Em suma, o projeto "Rede de Muita Alta Tensão Dupla Ponte de Lima - Fonte Fria, Troço Português, a 400 kV" é um erro irreversível que compromete os princípios ambientais, sociais e económicos que deveriam orientar o nosso futuro coletivo. Este projeto não só ignora os compromissos internacionais que Portugal assumiu perante a União Europeia, como também coloca em risco a preservação de áreas naturais protegidas, a biodiversidade, a agricultura local e até a saúde pública. Ao priorizar interesses económicos sem considerar o meio ambiente e as comunidades locais, estamos colocando em perigo recursos naturais que são um legado para as gerações futuras.

Este é o momento de reavaliarmos a necessidade e os custos deste projeto e mediante a fatalidade deste devemos nos preparar para a possibilidade de outro semelhante, de lutarmos pela proteção do que é nosso, respeitando os nossos compromissos internacionais e garantindo um desenvolvimento sustentável e responsável para todos. Precisamos de alternativas que respeitem o nosso património ambiental e a nossa qualidade de vida. Urge que face a projetos desta envergadura que tomemos uma posição firme e defendamos os valores que nos tornam quem somos: uma região com um património natural único, uma cultura rica e um futuro que depende de escolhas responsáveis e sustentáveis.

Muito obrigada a todos pela vossa atenção.

Arcos de Valdevez, 28 de Fevereiro 2025

Sandrina Parga